

# Quadro Negro



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXVI - Nº 193 - Maio/2015

[www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br)

# 2015

O ano que os direitos trabalhistas foram colocados em **XEQUE**



BRUNO 2015  
SINPRO/DF

## Expediente

**Sinpro-DF(sede):** SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF  
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

**Subsede em Taguatinga:** CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

**Subsede no Gama:** SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

**Subsede em Planaltina:** Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefax: 3388-5144

Site: [www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br)

e-mail: [imprensa@sinprodf.org.br](mailto:imprensa@sinprodf.org.br)

**Secretaria de Imprensa:** Cleber Ribeiro Soares, Samuel

Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

**Jornalistas:** André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo

Machado e Tomaz de Alvarenga

**Revisão:** José Antônio de Oliveira

**Diagramação e capa:** Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva

**Impressão:** Palavra Comunicação

**Tiragem:** 38.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,

desde que citada a fonte.

## Diretoria Colegiada do Sinpro DF

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Carlos Cirane - Coordenador

Cláudia Bullos

Washington Dourado

### SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Isabel Portuogues de S. Felipe - Coordenadora

Francisco Raimundo (Chicão)

Silvia Canabrava

### SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador

Elaine Amâncio Ribeiro

Wijairo José da C. Mendonça

### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS

E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador

Ison Veloso Bernardo

Cássio de Oliveira Campos

### SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES

EDUCADORAS

Eliceuda Silva França - Coordenadora

Neliane Maria da Cunha

Vilmara Pereira do Carmo

### SECRETARIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa - Coordenadora

Luiz Alberto Gomes Miguel

Geraldo Benedito Ferreira

### SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora

Magnete Barbosa Guimarães

Fátima de Almeida Moraes

### SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudio Antunes Correia - Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes

### SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Wiviane Farkas - Coordenadora

Jucimeire Barbosa (Meire)

Dalzair Amancio da Silva

### SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Maria José Correia Muniz - Coordenadora

Manoel Alves da Silva Filho

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

### SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Julio Barros - Coordenador

Luciana Custódio

Francisco Assis

### SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora

Fernando Reis

Regina Célia T. Pinheiro

### SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Gabriel Magno - Coordenador

Iolanda Rodrigues Rocha

Polyelton de Oliveira Lima

### CONSELHO FISCAL

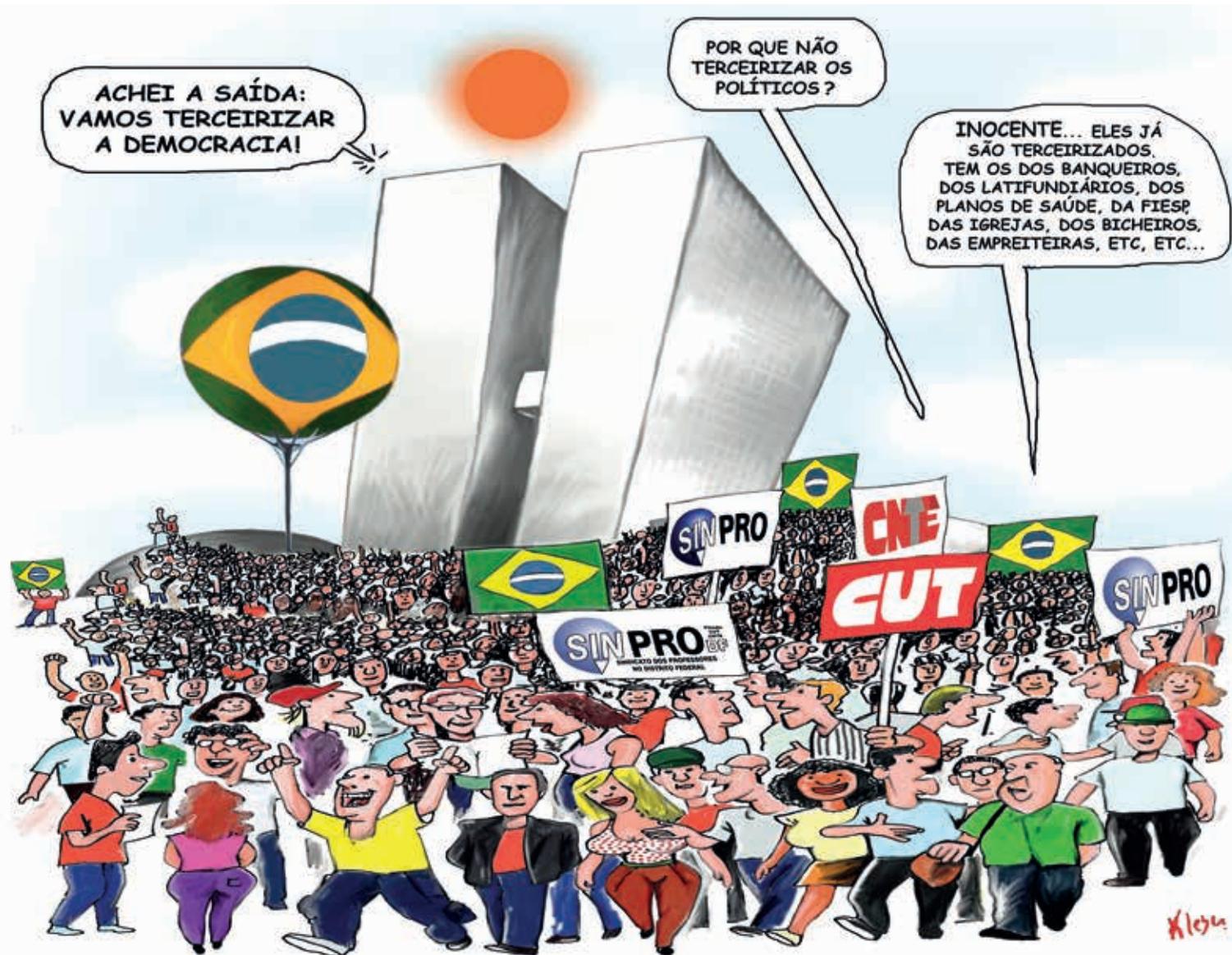
Gardênia Lopes dos Santos

Maria Cristina Sant'ana Cardoso

Jailson Pereira Sousa

Marcos Alves Pires

Regina Márcia de Assis Santos



# MANOBRAS POLÍTICAS AMEAÇAM DIREITOS DOS(AS) TRABALHADORES(AS)

O Brasil tem uma trajetória marcada por um histórico de lutas sociais. Este caminho tem início com quase quatro séculos de escravidão, onde a falta de direitos trabalhistas e cidadania era uma regra para a esmagadora maioria da população brasileira. Foi exatamente neste contexto que o brasileiro foi em busca de melhorias sociais e trabalhistas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma das maiores conquistas sociais do país e da classe trabalhadora.

Toda esta conquista de direitos sociais, originada durante o século XX, em épocas de intensa luta do movimento operário, tem sido ameaçada graças a projetos de lei que visam a precarização das relações de trabalho. Esta conjuntura passou a ocupar a agenda política desde o início de 2015, com o resgate de propostas e medidas provisórias que visam

a quebra das garantias de empregos, sua manutenção e a ampliação dos direitos trabalhistas.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, antigo PL 4330, é, hoje, uma das maiores ameaças aos direitos da classe trabalhadora. Sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, o PLC da Escravidão legaliza a fraude e a precarização do emprego, uma vez que permite que as empresas terceirizem até mesmo sua atividade-fim, aquela que caracteriza o objetivo principal da empresa, seu empreendimento. Atualmente a terceirização na atividade-fim do empregador é proibida, permitida apenas nas atividades consideradas meio, ou seja, aquelas que não são inerentes ao objetivo principal da empresa.

Além do PLC 30, que expõe milhares de trabalhadores a condições insalubres, ao adoeci-

mento, ao trabalho análogo ao escravo e a perda de direitos, outros pontos agridem as conquistas da classe trabalhadora. Entre eles estão a Medida Provisória 664, que muda as regras para a concessão do auxílio-doença e pensão por morte, e a 665, que dificulta o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

Outras afrontas, agora aos direitos dos(as) professores(as), foram a publicação da Circular número 11/2015 pela Secretaria de Educação do DF; o PL da Mordaza; a ameaça de demissão de servidores concursados; a mudança do regime de aposentadoria dos novos servidores do GDE, além das tentativas do governo de criar uma série de dificuldades orçamentárias, criando um clima de instabilidade no ambiente de trabalho. Todos estes argumentos foram desmentidos pela Câmara Legislativa do

DF e pela imprensa em geral, já que o governo recebeu, no início do ano, recursos em caixa.

Completando setenta anos da promulgação da CLT e de todas as conquistas sociais alcançadas pela luta da população brasileira, projetos e circulares se colocam como obstáculo para a manutenção dos direitos dos trabalhadores, além de uma tentativa de precarização das relações de trabalho.

Apesar da agressão à classe trabalhadora, este cenário uniu centrais sindicais e movimentos sociais e estudantis para a luta em respeito ao trabalhador. A resposta a partir de agora deve ser dada com a união dos trabalhadores, indo às ruas e promovendo mobilizações, na luta contra a hipocrisia da oposição ao governo e contra os pacotes que visam a perda de direitos conquistados em séculos de luta.

# ADI É DERROTADA NO TJDF. VITÓRIA DOS TRABALHADORES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF REJEITOU, POR UNANIMIDADE, AÇÃO CONTRA OS REAJUSTES SALARIAIS DE VÁRIAS CATEGORIAS

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) rejeitou, por unanimidade, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Ministério Público do DF (MPDFT) contra os reajustes salariais de várias categorias, em especial o do Magistério Público.

Com a decisão, tomada no dia 26 de maio, o reajuste dos cerca de 140 mil servidores públicos de 32 categorias está mantido. Foram 17 votos a favor da manutenção dos reajustes, uma prova inequívoca de que os reajustes foram concedidos corretamente. Os desembargadores afirmaram que a falta de dotação orçamentária não é argumento para declarar a inconstitucionalidade das leis.

Eles lembraram que a lei orçamentária deste ano só foi elaborada em 2014 e que, portanto, não havia

como incluir as previsões ainda em 2013 – quando as leis foram elaboradas pelo Executivo e aprovadas na Câmara Legislativa.

Do lado de fora, milhares de servidores se mobilizaram para acompanhar a votação, fazendo vigília desde o dia 25.

O presidente da CUT Brasília, Rodrigo Brito, parabenizou todas as entidades e sindicatos presentes pela unidade de classe e luta que ficaram demonstradas. “Vocês, que tanto lutam para prestar um serviço de qualidade à sociedade, deram exemplo dessa luta pela manutenção de direitos conquistados. Uma luta que ratifica toda a tradição que vocês têm de representar da melhor forma o conjunto das categorias dos servidores do Distrito Federal”, disse.

Rodrigo enfatizou que a batalha ganha hoje é apenas mais uma das “várias que vamos vencer”. Segundo o presidente da CUT

Brasília, o governo Rollemberg – que se diz socialista – está muito mais para neoliberal, “tentou roubar nossos direitos com a ADI, está tentando roubar as aposentadorias mexendo no Iprev, está ameaçando servidor de demissão e já está demitindo outros trabalhadores terceirizados, além de estar colocando as estatais à venda. Mas, como sempre, a classe trabalhadora, unida, saberá dar a resposta”.

Ao parabenizar a categoria pela vitória, o diretor do Sinpro Dimas Rocha explicou que “o Tribunal decidiu contra essa ADI porque chegou à conclusão que para decidir sobre o assunto que estava ali colocado seria necessária a produção de provas. Isso significa que o governo Rollemberg estava falando uma série de coisas que não foram provadas. Hoje, além de ter sofrido uma derrota judicial muito grande, o governo sofreu uma derrota política expressiva. Mas é preciso que

a gente fique atento, porque esse governo está demonstrando que fez uma escolha política com recorte neoliberal, que é botar a culpa nos servidores públicos pela sua própria incapacidade de administrar”.

Para a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, os servidores do DF deram uma demonstração de força e de unidade, comparecendo em massa para acompanhar esse julgamento. “E não poderia ser diferente, pois foi a nossa união que fez esse resultado surgir. Os professores, orientadores e os servidores como um todo tiveram responsabilidade e comprometimento com a luta. Não permitiremos nenhum desrespeito ou retirada de direitos. Queremos seguir em frente, avançando e conquistando mais”, enfatizou.

Essa luta a que se refere Rosilene vem desde o início do governo Rollemberg, quando tentou parcelar salários – numa flagrante afronta à Lei Orgânica do DF.

O clima construído pelo governador Rollemberg de um DF sem recursos não convence mais ninguém. E nem a Justiça. O GDF, que nos primeiros cinco meses do ano fez de tudo para subtrair direitos e conquistas dos trabalhadores, começa a perder espaço e credibilidade. Os cidadãos do DF não acreditam mais na teoria do

“estado falido”, criado por Hélio Doyle e pelo governador.

Em sua sustentação oral, o advogado do Sinpro, Júlio César, lembrou que a reestruturação da carreira do Magistério Público não foi feita de forma açodada. “Essas leis são fruto de muita discussão técnica, jurídica e econômica – e estão sendo cumpridas desde então. Têm origem em longo processo de negociação - iniciado em 2012 - entre a categoria e o governo de então. [As leis] não foram aprovadas de uma hora para outra. Foram cumpridas em 2013 e 2014. Por que descumpri-las neste momento?”



Trabalhadores fazem vigília em frente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)



Rodrigo Brito, presidente da CUT Brasília

# As metas do Plano Distrital de Educação



Foto: Arquivo Sinpro

## META 1

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender, no mínimo, 50%, sendo no mínimo, 5% a cada ano das crianças de até 3 anos, até o final da vigência deste PDE, e ao menos, 90% em período integral.

**Júlio:** a universalização das matrículas de 4 a 17 anos é o principal objetivo de curto prazo do PNE e, claro, do PDE. À luz do comando da Emenda Constitucional nº 57, a obrigatoriedade da pré-escola ao ensino médio deve estar concluída até 2016.

Merece atenção, na análise sobre a oferta de creche, a insignificante presença do poder público, tanto na quantidade como na qualidade, por meio de creches em tempo integral, deixando à iniciativa privada – particular ou na forma conveniada – o quase total atendimento das crianças matriculadas.

## META 2

Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e as aprendizagens dos estudantes a partir dos 6 anos de idade ao Ensino Fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste PDE.

*No mês de abril chegou à CLDF o Projeto de Lei do Plano Distrital de Educação (PDE). Ele será alvo de análise, antes mesmo de se tornar lei. Júlio Barros, diretor do Sinpro, comenta 11 das 21 metas do PDE. Na próxima edição do Quadro Negro, um representante do Sindicato comentará as 10 metas restantes.*

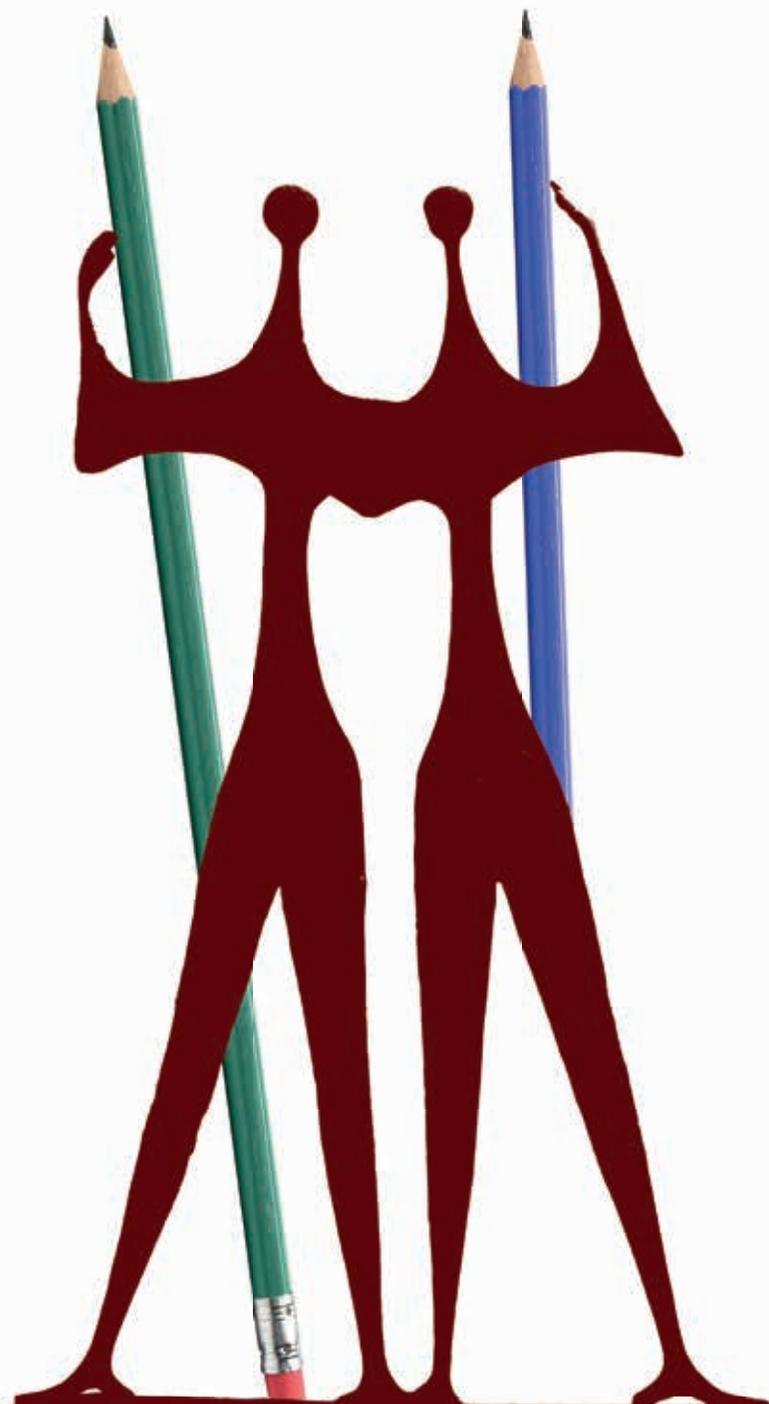
**Júlio:** o PDE-DF, nesta meta, deve seguir a mesma orientação do PNE, em relação à universalização do acesso, ampliando a meta de correção da defasagem idade-série, nesta etapa, para a totalidade dos estudantes de 6 a 14 anos.

## META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PDE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 100%, assegurando o acesso, a permanência e as aprendizagens.

**Júlio:** uma questão que tem impedido a evolução das matrículas – com perspectiva de conclusão massiva do ensino médio – diz respeito à defasagem idade-série; o que reforça a necessidade de matricular as crianças e jovens na idade certa, a fim de que concluam a educação básica no tempo correto.

Outro problema estrutural das matrículas nesta etapa reside no elevado número de reprovação e abandono, especialmente na rede pública, causando o estrangulamento do sistema educacional.



# PDEJÁ!

## META 4

**Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independente da idade, garantindo a inclusão na rede regular de ensino e o atendimento complementar ou exclusivo, quando necessário nas unidades de ensino especializadas.**

**Júlio:** no tocante à educação especial, estima-se que o DF possua cerca de 60 mil pessoas entre 4 a 17 anos com algum tipo de deficiência congênita, porém as matrículas nas redes pública e privada não alcançam 25% da demanda, já considerados os alunos especiais inclusos nas escolas regulares. A Lei Distrital nº 5.310/14 garante a matrícula de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação durante toda a vida.

## META 5

**Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.**

**Júlio:** A taxa de distorção idade-série indica, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, a quantidade de crianças que ingressaram tardiamente na escola.

A carência de escolas em determinadas regiões administrativas do DF faz com que um número expressivo de estudantes tenha que se deslocar para outras regiões, sendo um agravante para as crianças menores. Portanto, é urgente a necessidade de ampliação de turmas em creches, pré-escolas e anos iniciais do ensino fundamental, na proporção necessária do atendimento da demanda em todas as cidades satélites do Distrito Federal.

## META 6

**Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 60% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 33% dos(as) estudantes da Educação Básica, por meio da ampliação de, no mínimo, 10% ao ano da matrícula de Educação Integral nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.**

**Júlio:** a educação integral e de tempo integral no DF encontra-se em estágio incipiente. Pela proposta da Conae 2010, a escola integral deve ter no mínimo 7 horas de atividades, além de infraestrutura compatível com a permanência dos estudantes em dois turnos diários, currículo que articule as áreas de conhecimento, além de profissionais

com sólida formação e devidamente valorizados.

## META 7

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o DF, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.**

**Júlio:** atingir as metas nacionais traduz a centralidade conferida ao Ideb pelo MEC. Trata-se de um caso típico de garantia, no texto legal, de política governamental, centrada em exames e índices e um Plano de Educação, que se constitui em um Plano de Estado não deveria se submeter a índices e exames, mas explicitar a política de avaliação e de qualidade adotada, à lógica do sistema que o compõe.

## META 8

**Garantir a educação básica a toda população camponesa do DF, em escolas do campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Insti-**

tuto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

**Júlio:** a principal luta da educação do campo tem sido no sentido de garantir o direito de uma educação NO e DO campo, isto é, assegurar que as pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve acontecer a partir de sua própria história, cultura e necessidades.

## META 9

**Constituir um sistema público de educação para os (as) trabalhadores (as) na Rede Pública de Ensino, que ofereça, no mínimo, 75% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, na forma integrada à Educação Profissional, nas etapas de Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste Plano.**

**Júlio:** Essa meta tem significativa importância no contexto geral das ações estabelecidas para a EJAIT. Pois torna visível a necessidade de aproximar a formação geral da formação profissional para estudantes da EJAIT, dada suas peculiaridades e necessidades emergenciais de ingresso no mercado de trabalho.

## META 10

**Garantir no Sistema Público de Ensino do Distrito Federal a oferta de escolarização às pessoas jovens, adultas e**

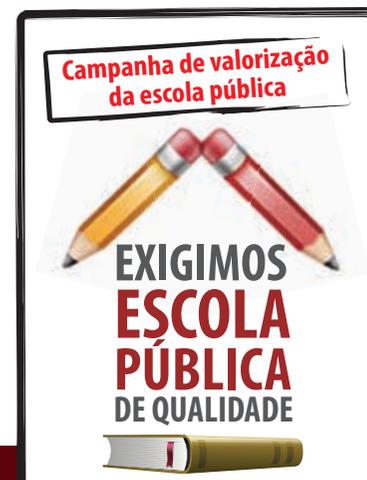
idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade, no sistema prisional do DF, de modo que, até o último ano de vigência deste Plano, no mínimo, 50% dessa população esteja atendida em um dos segmentos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAIT na forma integrada à Educação Profissional.

**Júlio:** na meta 10 é fundamental destacar a estratégia 10.1: Garantir a criação de uma unidade escolar pública específica para o sistema prisional, já no 1º ano de vigência deste Plano.

## META 11

**Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em, pelo menos, 75% da expansão na Rede Pública.**

**Júlio:** o Distrito Federal conta com oferta de educação profissional na rede pública distrital. No entanto, à luz do contingente de jovens e adultos afastados da escola, e, dada a necessidade de constante formação para vida e para o mundo do trabalho, é de se esperar maior oferta de matrículas da rede pública do DF, de forma integrada ao Ensino Médio e à EJAIT, para que essa importante área contribua com o processo de inclusão sócio-política.



## PDE PRETENDE DOBRAR O INVESTIMENTO EM 10 ANOS

Nos moldes do Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Distrital traz um conjunto de metas que pretende corrigir falhas na educação pública local ao mesmo tempo em que promove mais avanços na política educacional do Distrito Federal, buscando caminhar para a universalização do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, promovendo a educação transformadora da sociedade em favor dos trabalhadores.

Entre os pontos principais do PDE está o financiamento. Enquanto a lógica nacional é dobrar o investimento em dez anos, no Distrito Federal a meta também é a mesma, mas não 10%, como estipula o PNE, e sim em 6,12%, contando com os recursos do Fundo Constitucional. “Por que dobrar o investimento na educação pública nos próximos 10 anos? O Brasil, neste momento, passa pelo fenômeno do Bônus Demográfico (quando a equação entre a população economicamente ativa e a população jovem e idosa é maior). Hoje, quem gera riqueza é a maior parcela da população. Daqui a 30 anos, a tendência é que haja uma inversão. Então não precisaremos mais de investimento na educação, e sim agora, como pena de comprometer as futuras gerações e o futuro do país”, explica o diretor do Sinpro, Jairo Mendonça.

As 20 metas do PNE serviram de referência para estruturar as 21 metas do PDE. O que se estima é que o Plano Distrital seja mais avançado que o PNE em algumas questões. Um dos exemplos é a hora/atividade (coordenação pedagógica). No Plano Nacional, a lei do piso garante 1/3 (33,33% da jornada). Aqui no DF esta porcentagem já está superada. Já temos garantido 37,05% e a perspectiva é chegar a 50% da jornada para hora/atividade. Tudo isto vai impactar na qualidade da educação.

Jairo complementa dizendo que a questão central para a melhoria da educação passa pela formação continuada dos professores, fortalecimento do Plano de Carreira e dos salários. Portanto, “nossa meta principal é atingir, pelo menos em quatro anos, a média da remuneração das demais carreiras dos servidores públicos do DF com nível de escolaridade equivalente (Meta 17 do PNE)”, ressalta.

# ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA PEDE SOCORRO

PROBLEMAS NA ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS EM PÉSSIMO ESTADO E MANUTENÇÃO INCIPIENTE SÃO RECLAMAÇÕES DE PROFESSORES E ESTUDANTES. CLDF ENCAMINHARÁ DOCUMENTO AO GDF PEDINDO MELHORIAS NA EMB

A 5ª Comissão Ordinária de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal promoveu, no dia 6 de abril, em caráter de audiência, um debate sobre a manutenção e funcionamento da Escola de Música de Brasília. Participaram da reunião diretores do Sinpro, estudantes, pais, professores, orientadores educacionais, servidores da carreira assistencial, direção da EMB, membros da comunidade e representantes da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB).

Durante o debate, vários participantes falaram sobre as dificuldades passadas por estudantes e professores, além dos problemas na estrutura da Escola, dos equipamentos musicais em pé-

simo estado e a manutenção incipiente. Outro ponto debatido foi a ingerência da direção da escola, que por meio de uma liminar na Justiça impediu que os(as) professores(as) fizessem uma assembleia (prevista na Lei da Gestão Democrática), que formularia pedido de exoneração da direção.

Também foram elencadas a aparente falta de comprometimento da Secretaria de Educação do DF, a ausência de coordenadores pedagógicos, a importância do ensino da educação musical, a formação de músicos para a sociedade, o valor da Escola de Música e o abandono da instituição nas últimas quatro décadas.

Após o debate ficou definido que o presidente da Comissão, deputado Reginaldo Veras, encaminhará um documento ao governo relatando o ocorrido na

reunião e o pleito dos professores para que a Secretaria de Educação tome providências. Os deputados presentes ainda se comprometeram em destinar verba de emenda orçamentária para a Escola de Música.

A Comissão Ordinária de Educação, Saúde e Cultura prometeu uma visita à EMB para

conhecer os problemas e tentar encaminhar as soluções necessárias.

A Diretoria do Sinpro defende uma Gestão Democrática em sua integralidade, a defesa da escola pública de qualidade no Distrito Federal e a valorização dos professores e professoras.



Professores reivindicam melhorias na EMB

## MOVIMENTO AMEAÇA DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS DA MULHER E QUESTÕES DE GÊNERO EM SALA DE AULA

Em vigor desde 2012, a Resolução Normativa nº 1, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), reformula e atualiza as normas para o Sistema de Ensino do DF. O documento inclui um capítulo que assegura como conteúdo obrigatório, nos ensinos fundamental e médio, os direitos da mulher e outros assuntos com recorte de gênero.

Um avanço, pois a publicação da resolução tornou o DF a primeira unidade da Federação a trazer, como item obrigatório, essas questões para dentro das salas de aula das escolas públicas e particulares.

“A homologação da norma mostra um entendimento do Estado em contar com a educa-

ção para a mudança de uma nova cultura, baseada em relações livres de preconceito, machismo e sexismo”, afirmou a professora e ex-secretária de Estado da Mulher do DF, Olgamir Amancio.

Olgamir enfatizou que “de forma concreta, a inclusão destes temas em sala de aula configura-se em um novo paradigma de enfrentamento à violência, pois além de multiplicadores, os estudantes estarão aptos a lutar pela educação emancipadora”.

### Conquista ameaçada

Porém, há um movimento forte para a retirada dos direitos humanos. Referindo ao PL da deputada distrital Sandra Faraj (Solidariedade), o PL da Mor-

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1, QUE ASSEGURA COMO CONTEÚDO OBRIGATÓRIO OS DIREITOS DA MULHER E OUTROS ASSUNTOS COM RECORTE DE GÊNERO, SOFRE COM RESOLUÇÕES E PL'S DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO

daça, Olgamir enfatizou que a parlamentar “pratica um discurso enviesado, nega a realidade, tenta impor outras posições e acaba por oprimir ainda mais os oprimidos.

Nesse sentido, a coordenadora de Política Educacional do

**O Distrito Federal é a primeira unidade da Federação a trazer questões de gênero para dentro das escolas públicas**

Sinpro, Berenice D'arc, lembrou que o que há hoje na discussão do currículo é a disputa da questão da orientação sexual; não apenas

a questão de gênero.

Para Berenice, existe uma posição clara desses grupos organizados sobre sexualidade - de perspectiva hétero - de não reconhecer e respeitar as demais orientações. “Quando esses grupos procuram, por exemplo, o Conselho de Educação para rever a resolução nº 1/2012, é sempre focado na questão da ideologização do gênero, mas fundamentado na homofobia, na prevalência da heterossexualidade”.

Berenice e Olgamir são unânimes em afirmar que a mudança - construir um novo modelo de sociedade - somente virá com a escola contribuindo com esse debate, incentivando o respeito às diferenças e a tolerância.

# VEM AÍ O V ENCONTRO DE MULHERES EDUCADORAS DO SINPRO

O EVENTO HOMENAGEARÁ MARIA DA PENHA E VAI TRAZER, COMO UM DOS TEMAS PRINCIPAIS, A EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E A AUTONOMIA DA MULHER TRABALHADORA. AS INSCRIÇÕES ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE

A Secretária de Mulheres do Sinpro tem assumido o compromisso de reafirmar, por meio de sua política, a importância de fortalecer uma educação para a igualdade de gênero, a saúde, a autonomia da mulher trabalhadora, o enfrentamento à violência doméstica e todo o tipo de violência, a participação política nos espaços de poder na sociedade, dentre outras questões.

Mais uma vez a categoria se reunirá para refletir, debater e apontar caminhos sobre esses e outros temas que afetam a vida da professora. Esse debate está previsto para ocorrer nos dias 19 e 20 de junho, durante o V Encontro de Mulheres Educadoras do Sinpro-DF, que será realizado na Chácara do Professor.

Além de ampliar a discussão de gênero, o encontro irá apro-

var resoluções que serão levadas ao X Congresso de Educadores do Sinpro, previsto para ocorrer entre os dias 27 e 30 de agosto deste ano. No V Encontro, haverá também troca de experiências exitosas das práticas pedagógicas trabalhadas nas escolas e, com isso, ocorrerá a terceira edição do Prêmio Mulher Educadora – Cidadã do Mundo.

“Precisamos refletir sobre nossa carreira, nossas vidas, reafirmando nosso papel de mulher trabalhadora e, portanto, discutindo políticas com os governos para que respeitem nossa identidade social e cultural. Nós, educadoras, estamos sempre em movimento. Somos uma categoria, hoje, com quase 80% de mulheres. Por isso, temos muitos desafios pela frente. Temos de reconhecer avanços da luta no campo sindical, no qual consolidamos a paridade em todos os

espaços de nosso sindicato. Fortalecemos também o movimento para que, neste ano, no Congresso da CUT, possamos também reafirmar essa paridade em todas as direções estaduais e nacionais”, afirma Eliceuda França, diretora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF e da Secretária de Mulher da CUT Brasília.

## Maria da Penha

O V Encontro irá homenagear Maria da Penha. Personagem emblemática da violência contra a mulher, ela inspirou um dos maiores avanços do Brasil no combate às agressões e à impunidade: a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Após essa lei, outro avanço para as mulheres foi a sanção pela presidenta Dilma Rousseff, este ano, da Lei nº 13.104/2015, a Lei do Femicídio.

“Este ano, a Lei Maria da

Penha completou 8 anos. Essa lei tem destaque e reconhecimento internacional e ensejou a sanção da Lei do Femicídio. A homenagem a ela será, sobretudo, pelo fato de, atualmente, no Brasil, haver uma evidência da violência contra a mulher. Precisamos fazer essa discussão na escola. Temos todos os elementos para dizer que a violência teria retrocedido, mas não. Ela continua estampada nas matérias, na grande mídia, no dia a dia das mulheres. Precisamos de uma mesa

que nos ajude a refletir por onde vamos caminhar para que a escola faça essa desconstrução?”, finaliza Eliceuda.



## Assis

Diretor da Secretaria de Organização e Informática do Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

## A Coordenação Pedagógica

Fazer uma reflexão sobre a Coordenação Pedagógica enquanto conquista, conceito e prática no trabalho diário dos profissionais da educação no Distrito Federal é necessária para enfatizar sua importância enquanto instrumento de melhoria da qualidade da educação. A Coordenação Pedagógica é uma conquista histórica dos profissionais da educação do Distrito Federal, pois a melhoria da qualidade da educação sempre foi pauta das lutas da categoria. Nas décadas de 1960 e 1970 não existia a Coordenação Pedagógica da

forma que a conceituamos hoje. No fim da década de 1970, ainda sob a orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/71), no Distrito Federal, os professores de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental tinham direito a um turno em um dia na semana para preparar (rodar) material nos mimeógrafos a álcool para aplicar em sua turma. Neste dia, a turma ficava com um professor dinamizador para que fossem desenvolvidas atividades de recreações e outras de caráter lúdicas. Os profissionais que atuavam

de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental e Ensino Médio tinham seu dia de coordenação, de acordo com a disciplina em que atuavam. Por exemplo, os professores de matemática coordenavam na terça-feira, os de Língua Portuguesa, na quarta-feira, etc. Esse modelo funcionou até meados da década de 1990, quando o Governo do Distrito Federal implantou, em 1995, o Projeto Escola Candanga. Ele reestruturou o formato e o conceito de Coordenação Pedagógica nas escolas públicas do Distrito Federal, com a implantação

da jornada ampliada. A Coordenação Pedagógica é um instrumento de avanço na prática docente, na medida em que dá suporte técnico-pedagógico na ação coletiva do corpo docente no trabalho diário na escola. Com o conceito de espaço-tempo de qualificação, formação continuada e planejamento, amparada pela Lei nº 5.105/2013, a Coordenação Pedagógica é imprescindível para que a educação do Distrito Federal garanta a manutenção e melhore ainda mais a qualidade dos resultados já obtidos.

# SINPRO DEBATE A INGERÊNCIA DO CREF NAS ESCOLAS

SINDICATO NÃO RECONHECE PROJETO DE LEI QUE OBRIGA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA A SEREM FILIADOS AO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O Sinpro tem mantido o debate em torno da ingerência do Conselho Regional de Educação Física em obrigar os(as) professores(as) de Educação Física a se filiarem ao CREF-DF. No dia 16 de abril, o Sindicato promoveu uma reunião que contou com a presença de professores(as) de educação física da rede pública e representantes do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB).

Em outros momentos o Sinpro enfrentou as tentativas do CREF-DF de atuação junto às escolas públicas, o que não faz nenhum sentido, pois todos os professores aprovados em concurso já cumpriram as exigências legais para exercer a função no magistério. Na tentativa de impedir esta ingerência, em abril o Sindicato moveu um recurso no Tribunal de Justiça do Distrito Federal para fazer parte desta ação do CREF,

recurso acatado pelo tribunal.

Victor Bernardes de Souza é professor de Educação Física na Escola Classe 08 de Ceilândia e critica a postura do CREF. “Tomei posse em julho de 2014 e fui pego de surpresa pela liminar. Na LDB, o artigo 62 explica que ‘para atuar na educação básica é preciso um diploma de licenciado reconhecido pelo MEC’. O CREF é um órgão que tem uma visão militarista, muito ultrapassada e não representa a categoria, prejudicando os professores. Já as outras disciplinas não têm esta obrigação. É uma determinação que visa a questão financeira e não melhora em nada a qualidade do ensino”, afirma.

## Audiência pública na CLDF

Uma audiência pública realizada no dia 27 de março, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, debateu a obrigatoriedade do professor de educação física no sistema público de ensino. A diretora do Sinpro Rosilene Corrêa par-



Diretora Rosilene Corrêa representou o Sinpro durante audiência pública na CLDF

ticipou da mesa, juntamente com o subsecretário de Educação Básica (SUBEB), Gilmar de Souza Ribeiro,

**Em audiência pública, Sinpro reafirmou a necessidade de professores de educação física na rede pública do DF**

e de um representante do Conselho Regional de Educação Física.

Durante sua fala, Rosilene enfa-

tizou que debater o tema é lutar por uma educação pública de qualidade. “É pauta histórica da categoria ter professores de educação física e artes em todas as séries da educação básica e infantil, exatamente porque corpo e mente não podem ser trabalhados em etapas diferentes”, ressaltou Rosilene, ressaltando que a falta de infraestrutura é outra preocupação. “Sabemos que para um bom resultado nestas áreas é necessário mais investimento na educação e infraestrutura nas escolas, já que a maioria delas não possui quadras cobertas”.

Ciente da carência destes professores na rede, Gilmar de Souza disse que encaminhou à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido para nomeação de mais aprovados em concursos públicos. Aproximadamente 55 convocados seriam de educação física. O Sinpro entende que, sendo autorizadas, as 55 nomeações não suprirão as carências que temos na rede pública de ensino, muito menos para que se atinja 100% das escolas com o projeto Educação em Movimento. Até o momento estas nomeações não foram feitas.

## SINPRO FAZ CAMPANHA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA ESCOLA NA ESTRUTURAL

DESDE A DESATIVAÇÃO DA ESCOLA CLASSE 01, EM 2012, MAIS DE 700 ALUNOS PRECISAM SE DESLOCAR ATÉ A EAPE PARA ESTUDAR. COMUNIDADE PEDE URGÊNCIA NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA



Mães aguardam a chegada dos filhos da EAPE

O número insuficiente de escolas na Cidade Estrutural tem gerado uma série de problemas à comunidade escolar da região. Após ser interditada, em 2012, em virtude de vazamento de gás, mais de 700 alunos(as) do 1º ao 5º ano são obrigados a estudar fora de sua cidade, na EAPE (907 Sul).

Além do transtorno em estudar fora da região onde moram, os alunos ainda são obrigados a enfrentar a precariedade das instalações da EAPE, ponto que já foi motivo de diversas denúncias da comunidade

escolar e do próprio Sinpro. Professores(as) apresentaram um relatório alertando para diversos problemas estruturais no local, como fios desencapados e goteiras. O GDF prometeu que a Escola Classe 01 seria realocada para o SIA, em um imóvel com uma estrutura melhor, mas a promessa do governo não foi cumprida.

Uma equipe formada por diretores do Sinpro e pela assessoria de imprensa do Sindicato acompanhou a chegada dos alunos no dia 30 de abril e constatou a angústia vivida

pelos pais dos estudantes. “A falta de escola aqui ajuda na evasão escolar, além de cooperar para o prejuízo do aproveitamento pedagógico”, analisa Vanderlina Ribeiro de Abreu, moradora da Estrutural e professora temporária da EC 01 de 2008 a 2012.

Diante de todos estes problemas, o Sinpro exige que o GDF haja com urgência para resolver esta questão, e que os alunos tenham o direito de exercer sua cidadania a partir do sentimento de pertencimento, estudando onde moram.

# CATEGORIA DEVE MANTER MOBILIZAÇÃO CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS

GOVERNO DO DF TENTA PRECARIZAR DIREITOS DOS(AS) PROFESSORES(AS), COLOCANDO EM DISCUSSÃO O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, 13º DA CATEGORIA E REAJUSTES PREVISTOS NO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO

“Em pouquíssimos meses, o governo Rollemberg iniciou um debate bem adverso às nossas conquistas, numa tentativa de retirar ou precarizar direitos”. A análise é do diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sinpro, Dimas Rocha.

De acordo com Dimas, primeiro o Executivo local colocou em discussão o Plano de Carreira do Magistério, provocando o Ministério Público, que acabou por comprar a ideia e propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), baseada na alegação de que não há recursos para pagar os reajustes previstos no Plano. “É uma lei. Portanto, sendo lei, não há o que se falar em retirada de direitos. O Sinpro e a CUT entraram como parte do processo e fizeram seus recursos para garantir os pagamentos, impedindo a retirada de direitos”, enfatizou. O diretor ressaltou que não se trata de um acordo salarial, mas sim de uma lei - aprovada pela Câmara Legislativa, inclusive com o respectivo orçamento para efetivar esses pagamentos.

O também diretor do Jurídico, Ilson Veloso, acredita que o pano de fundo para essa suposta crise [alegação de que o governo



*Helio Doyle, chefe da Casa Civil, não descartou a possibilidade de demitir servidores concursados, caso o governo ultrapasse o limite de responsabilidade fiscal.*

**“ESTOU FALANDO DE SERVIDOR MESMO DE CARREIRA, VOCÊ TEM QUE REDUZIR O QUADRO DE QUALQUER MANEIRA, SENÃO VOCÊ DEIXA DE PODER FAZER OPERAÇÕES DE CRÉDITO”, DISSE.**

passado não tinha planejamento, orçamento e responsabilidade fiscal] é justificar a não apresentação de proposta no próximo ano. “Isso vai gerar um problema enorme, porque nós vamos para cima buscar a nossa pauta de reivindicações, que já está colocada na mesa de negociação com o governo”, disse.

## 13º salário

Outra discussão levantada pelo governo Rollemberg diz respeito ao pagamento do 13º da categoria, antiga gratificação natalícia. Isto atinge, em um primeiro momento, os professores que foram contratados em meados de 2014.

O Executivo adotou uma

nova regra, baseada na ideia do pagamento proporcional desse direito, tendo como princípio a data de admissão do servidor até o momento em que ele completa um ano de serviço. “Se ele faz aniversário antes disso, o governo resolveu pagar proporcionalmente. Entendemos que isso é uma interpretação equivocada. A lei [Lei Complementar nº 840/11] determina que nos casos em que o professor

***Sinpro e a CUT entraram com recursos para impedir a retirada de direitos***

não for contemplado, ou seja, no pagamento da data do aniversário, o governo deverá quitar o débito até dezembro do mesmo exercício. Portanto, o governo deveria

ter pago a relação proporcional até dezembro de 2014 e neste ano proceder ao pagamento integralmente. Só que o governo continua pagando com base na proporcionalidade e não aponta que vai fazer a correção em dezembro”, explicou Dimas.

Por isso mesmo, o Sinpro está chamando os professores que estão recebendo o 13º proporcionalmente para comparecer ao setor jurídico do Sindicato e ajuizar ações no sentido de garantir esse direito. “O que estamos vivenciando é uma tentativa de retirar, precarizar direitos, mas estamos atentos e tomando as ações que são cabíveis e necessárias”, enfatizou Dimas Rocha.

## Auxílio-alimentação

Desde 2013, com a publicação da Lei nº 5.108/2013, o governador do DF está autorizado a atualizar anualmente, o valor do auxílio-alimentação dos servidores.

Ocorre que o último rea-

## SINPRO E CUT REPUDIAM COBRANÇA DE IMPOSTO SINDICAL PELA CSPB

*No contracheque da categoria relativo ao mês de março ocorreu o desconto de 5% do valor de um dia de trabalho do(a) trabalhador(a). Isso é fruto de uma decisão da Justiça movida pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), de julho de 2012. Este montante foi destinado para a CSPB.*

*Na quantia que foi descontada, nenhum centavo foi destinado para o Sinpro, CUT ou CNTE. O Sinpro entende que o(a) trabalhador(a) deve optar caso deseje ou não se associar na sua entidade classista. Então a cobrança deve ser feita apenas aos que desejam tal associação. Inclusive a CUT lidera uma campanha pelo fim do imposto sindical, mas ainda não houve unidade de outros sindicatos.*

*É necessário que esta lei seja revogada para que este repasse não seja destinado para esta instituição ilegítima.*



*Dimas Rocha, diretor do Sinpro*

juste foi em maio passado, ou seja, complementamos o ciclo e é hora de reajustá-lo novamente. Mas até o momento o GDF não apresentou para os professores ou quaisquer servidores do Executivo o valor de reajuste, apesar de já ter vários índices em mãos.

O Sinpro exige um posicionamento do GDF e o cumprimento da lei, lembrando que a pauta de reivindicações da categoria, já apresentada ao governador Rodrigo Rollemberg, traz como pleito a equiparação do auxílio-alimentação com o dos servidores da CLDF.

# ATAQUES NO PARANÁ SÃO CONDENADOS NO DF

AGRESSÕES SOFRIDAS POR PROFESSORES E PROFESSORAS PARANAENSES FORAM IMEDIATAMENTE RESPONDIDAS PELA CATEGORIA EM VÁRIOS ESTADOS DO PAÍS. CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE GANHOU ESPAÇO NAS ESCOLAS E NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL

**2015** é um ano em que a democracia está sendo colocada à prova. São muitas as frentes que as esferas de poder têm aberto para retirar direitos dos trabalhadores. Isso acontece tanto no Distrito Federal quanto no Paraná, e em diversos outros estados.

O episódio ocorrido no Paraná em 29 de abril, no qual mais de 300 professores foram feridos - uns com gravidade - por defenderem direitos, é prova de uma inversão muito grande de valores que estão em curso.

Reivindicações justas dos trabalhadores foram resolvidas com bombas e cassetes, numa demonstração grotesca de violência gratuita e despreparo por parte do Estado em lidar com seus servidores.

Na Capital Federal, a categoria respondeu em peso à campanha

em solidariedade aos professores paranaenses. Vestiu-se de preto em sinal de luto no dia 4 de maio. A adesão chegou perto dos 100% e não se restringiu ao DF. Espalhou-se por todo o país. O fato reforçou a unidade da categoria, que não se calou no momento de defender os colegas de qualquer parte do Brasil.

No dia seguinte, em um ato em frente à Câmara Legislativa do DF, que objetivou repudiar a truculência e a violência da Polícia Militar e do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa destacou que os professores e professoras do Distrito Federal não poderiam ter um comportamento diferente. “Ontem, a categoria se vestiu de preto, em uma mobilização que repercutiu imensamente, com grande adesão. Ontem e hoje foram demonstrações de unidade de

classe. Isso é o que temos que tirar como lição. O atentado que sofreram os nossos colegas de

*Em várias partes do Brasil a categoria respondeu em peso à campanha em solidariedade aos professores paranaenses se vestindo de preto, em sinal de luto. O fato reforçou a unidade da categoria*

Magistério paranaenses foi como se tivesse sido contra cada um de nós. A dor e a luta dos professores do Paraná são de cada um de nós”, disse.

Para o diretor do Sinpro Cláudio Antunes, é evidente o protagonismo da categoria, que é de luta. “Demonstrações disso não faltam, com intensa mobilização desde o início do ano para que o governo pagasse o que era devido; que brigou contra a Circular nº 3 [retirava o abono TRE]; que encampa lutas contra a Circular nº 11, o PL da deputada Sandra Faraj e a ADI, do Ministério Público. Esses são apenas alguns exemplos da nossa combatividade e unidade. Defendemos nossos direitos sem perder o espírito de solidariedade com os colegas de outros estados”.

Diretores do Sindicato enfatizaram que “lá [Paraná] houve violência física, mas todos os dias a Educação sofre algum tipo de violência. No Distrito Federal, nós estamos vivendo uma situação difícil também, de atentado aos direitos dos educadores, de

autoritarismo e de imposição, a exemplo do PL da Mordaça – proposto pela deputada distrital Sandra Faraj (Solidariedade) – e da Circular nº 11 da secretaria da Educação – que impede servidores de divulgarem “informações, áudios, imagens das unidades educacionais, de documentos e alunos” sem autorização prévia. Mas a categoria saberá dar a resposta, não permitindo nenhum retrocesso”.

#### Paradoxo

Em outra frente, a Câmara dos Deputados e o governo federal têm protagonizado ações em desfavor dos trabalhadores.

De um lado, temos o Congresso Nacional mais conservador do período pós-1964, sempre pronto para aprovar mais ataques aos direitos da classe trabalhadora. De outro, há o governo federal, que emite sinais trocados.



Ato na Câmara Legislativa do Distrito Federal em apoio aos professores do Paraná marca a luta do magistério na Capital da República contra todo tipo de violência na educação



Basta ver o que ocorreu no Congresso e na postura dos parlamentares e do governo também em outras votações. No caso das MPs 664 e 665, a postura do governo federal foi a de reafirmar a medida que acaba por fragilizar as relações do trabalho. Em uma ponta houve a hipocrisia da direita, querendo votar contra o projeto, mas, ao mesmo tempo, essa mesma direita não hesitou em atropelar os trabalhadores e aprovar a terceirização, via PL 4.330, o PL da Escravidão.

O governo federal, por sua vez, se posicionou contra a terceirização, mas propôs este pacote de medidas (MPs 664 e 665) que fragiliza o trabalhador. É um paradoxo.

A resposta ao que assistimos terá que ser dada com a união dos trabalhadores, indo às ruas e promovendo mobilizações, na luta contra a hipocrisia da oposição ao governo e contra os pacotes protagonizados pelo próprio

governo federal. Os trabalhadores não podem aceitar retiradas de direitos passivamente.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, destacou que a reação virará. “Daqui pra frente, todos os dias serão dias de luta. No dia 29 de maio, CUT, CTB, Intersindical, Conlutas, UGT e NCST e os movimentos populares do campo e da cidade fizeram um Dia Nacional de Parali-

sação contra o PL 4.330, em tramitando no Senado, e contra as MPs 664 e 665. A luta continua até a aprovação total das medi-

das que ainda precisam ser sancionadas pela presidenta Dilma, a quem os movimentos sindical e social pedirão os vetos”, disse.

## MAGISTÉRIO EM LUTA NO PAÍS

**Pernambuco**  
Retomada no dia 22/05

**Goiás**  
Greve iniciada no dia 13/5

**Pará**  
Greve iniciada em 25/3

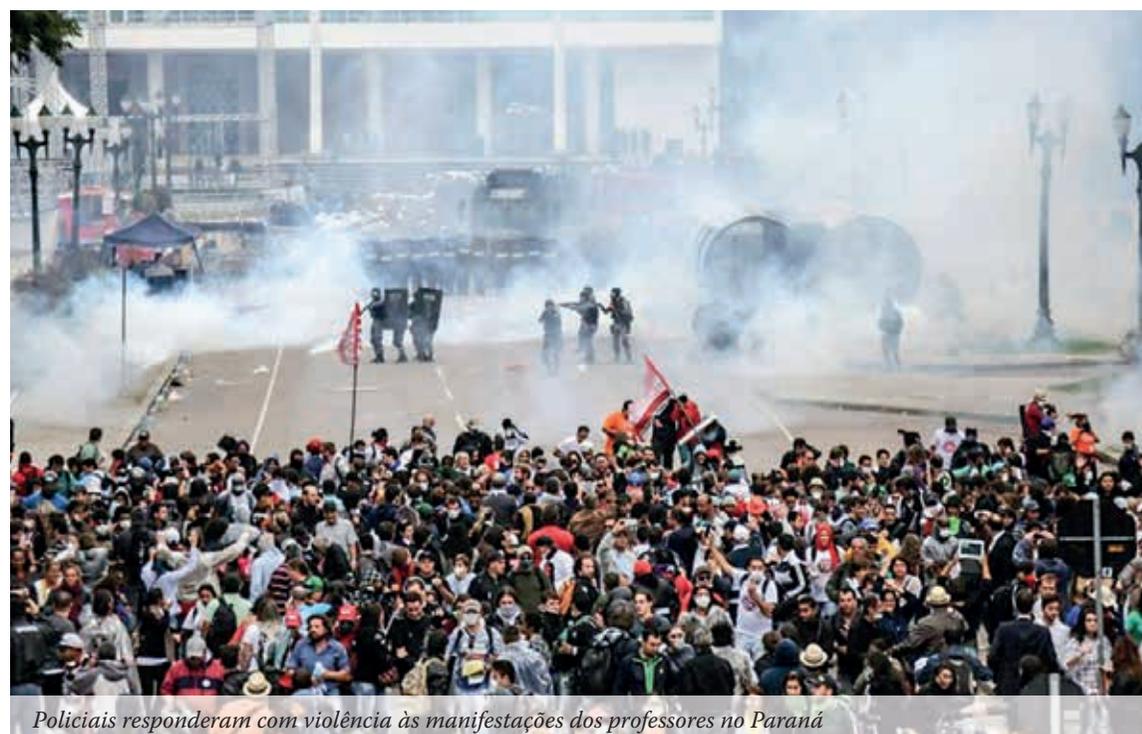
**Paraná**  
Retomada da greve em 27/4

**Santa Catarina**  
Greve iniciada em 24/3

**São Paulo**  
Greve iniciada em 16/3

**Sergipe**  
Greve iniciada em 18/5

(\*) Diversas redes municipais de educação estão com as atividades paralisadas em outros estados.



Policiais responderam com violência às manifestações dos professores no Paraná

# TERCEIRIZAÇÃO AVANÇA E PODE

PROJETO DE LEI 4330, QUE IMPÕE A LIBERALIZAÇÃO GERAL DA TERCEIRIZAÇÃO PARA QUALQUER ÁREA, FOI APROVADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AGUARDA VOTAÇÃO NO SENADO FEDERAL.

Já imaginou hospitais sem médicos, escolas sem professores, presídios sem agentes penitenciários? Com a ampliação indiscriminada da terceirização, esse quadro absurdo, que reduz o trabalhador a uma mercadoria, corre o risco de virar realidade no Brasil. E isso já está acontecendo, a partir do Projeto de Lei 4.330, aprovado pela Câmara dos Deputados



no dia 22 de abril.

Alguns argumentam que isso seria impossível, pois o projeto de lei valerá apenas para a iniciativa privada. Isso porque o atual texto deixou de fora a administração pública direta, que é o caso da Educação, Saúde e Segurança.

Mas no texto aprovado em 22 de abril, a terceirização é definida como “a transferência feita pela contratante da execução de parcela de qualquer de suas atividades à contratada para que esta a realize na forma prevista nesta Lei”. Em outras palavras, está aberta a possibilidade de serem contratadas empresas para exercer atividades-fim.

A questão é que o mérito do projeto está mantido, ou seja, permitir a terceirização das atividades-fim. E o magistério é uma atividade-fim. E nada impede que no futuro, nesta conjuntura, mude-se a legislação e que, então, afete o serviço público.

## Reacionários

Basta lembrar que a bancada patronal/empresarial na Câmara tem 221 parlamentares, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

A pauta deste setor para eliminação, redução ou flexibilização de direitos, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), inclui 101 itens, que vão desde alteração constitucional, passando por mudanças nas leis e tratados internacionais de que o Brasil é parte, até súmulas e enunciados de tribunais superiores.



13 de março: a CUT organizou atos em todo o Brasil exigindo a manutenção dos direitos dos trabalhadores

O aumento de militares, empresários, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo refletem, segundo o diretor do Diap, Antônio Augusto Queiroz, um

## O movimento sindical precisa ampliar a pressão e o debate, agora no Senado Federal

novo status. “O atual Congresso é, seguramente, o mais conservador do período pós 1964”, afirma. E complementa: “o Congresso Nacional está pulverizado partidaricamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais”.

Enfim, parlamentares reacionários se consolidaram como maioria na Câmara, nos deixando sujeitos a transformações e mudanças.

## Educação

Ao fazer um simples exercício de associação entre a regulamentação da terceirização e a não oferta do concurso público, chegaremos rapidamente a uma situação em que, em nome do funcionamento da Escola pública, resolvam alterar mais radicalmente a legislação e terceirizar o magistério. “Isso não é impossível”, pondera a diretoria do Sinpro, Rosilene Corrêa.

## Exemplo de Goiás

Para além do PL 4.330, as terceirizações estão na ordem do dia no estado de Goiás. Lá, o governo começou a convocar

Organizações Sociais a se inscreverem para gerir escolas.

Por orientação do governador Marconi Perillo (PSDB), a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduc) fez um chamamento público, em abril passado, convocando entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa a se qualificarem como “organizações sociais de educação” para celebração de ajustes de colaboração voltados à gestão de unidades escolares.

De acordo com o superintendente executivo de Educação da Seduc, Marcos das Neves, a secretaria está formatando o modelo de contrato a ser adotado adequado à Lei estadual nº 15.503/05, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos.

# ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA

EA, ATIVIDADE OU SETOR PRODUTIVO DAS EMPRESAS PRIVADAS, PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA, JÁ  
PL DA ESCRAVIZAÇÃO VAI RETIRAR DIREITOS DOS TRABALHADORES E PROMOVER DEMISSÕES

O modelo de gestão deverá ser implantado, como projeto-piloto, nas 26 escolas públicas de Águas Lindas, no entorno do Distrito Federal.

Quando o governo estadual for terceirizar a gestão das escolas públicas, muita coisa mudará, inclusive a forma de contratação de professores. Neste caso, os profissionais deixariam de ser estatutários para se tornarem celetistas, do mesmo modo que ocorreu na saúde, com a entrada das organizações sociais nos hospitais daquele Estado.

## **Déficit de professores**

Em Goiás, como forma de enxugar a máquina e implantar esse projeto, no fim do ano passado, mais de oito mil professores com contrato temporário foram dispensados da rede estadual de

ensino. No Distrito Federal, esse enxugamento vem pela contratação de hora-aula do professor.

É importante destacar que, no DF, a contratação temporária de professores ainda não representa uma forma de terceirização, vez que a relação de trabalho desses profissionais se dá por contratação direta com a SEE. Mas em um processo de terceirização mais complexo, essa contratação seria fragilizada porque empresas particulares ficariam responsáveis pela seleção, estipulação do valor de salário – que deixaria de ter relação com o salário dos docentes concursados – e pagamento desse pessoal.

## **Derrota**

De acordo com Ruy Braga, professor da USP especializado em sociologia do trabalho, “se esse

projeto se tornar lei, será a maior derrota popular desde o golpe de 64 e o maior retrocesso em leis trabalhistas desde que o FGTS foi criado, em 1966. Essa é a grande derrota dos trabalhadores nos últimos anos”.

“Em pouco mais de uma década, as pessoas se internam em hospitais de alto nível achando que lá haverá médicos de primeiro time. No entanto, não terão a menor segurança de que haverá ali um profissional desse nível. As pessoas pegarão aviões de uma companhia, mas sem a segurança de que o piloto tenha sido contratado ou selecionado por aquela companhia”, avalia a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Para a entidade, a regulamentação da terceirização, do jeito

que está, pode ser vista como um passo para trás. “Esse projeto poderá resultar no maior retrocesso da história da legislação trabalhista brasileira desde a origem do trabalhismo e dos direitos sociais conquistados na década de 30”, avalia o diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, Guilherme Feliciano.

“A legislação atual já tem parâmetros estabelecidos quanto aos critérios de legalidade, construídos pela jurisprudência nos tribunais do trabalho. Para ter segurança jurídica basta que esses critérios sejam repassados à lei. Os empresários acham que a terceirização trará segurança jurídica, o que não é verdade. Ela substituirá os critérios atuais, já instituídos pela jurisprudência, por critérios que, além de

mal conhecidos, foram motivo de controvérsia em outros países”, argumentou o magistrado.

Isto tudo demonstra que o movimento sindical precisa ampliar a pressão e o debate, agora no Senado Federal, para onde a proposta foi encaminhada. O Projeto de Lei número 4.330 foi rebatizado e tornou-se o PLC 30/15.

No dia 14 de maio, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal promoveu audiência pública sobre o assunto e a matéria ainda deve ser analisada e votada nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), e de Assuntos Sociais (CAS), antes de seguir para o plenário da Casa.



Foto: Luis Ricardo Machado / Sinpro-DF

# PROFESSORES(CAS) SOFREM AMEAÇAS DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO

O PROJETO DE LEI DA MORDAÇA, DA DEPUTADA DISTRI-  
 TAL SANDRA FARAJ, E A CIRCULAR Nº 11, DE AUTORIA DO GDF, IMPÕE A CENSURA ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Iniciativas, tanto do Governo do Distrito Federal quanto da Câmara Legislativa do DF, tentam criar um clima refratário ao compromisso histórico que a categoria dos professores tem com uma educação democrática. Duas questões evidenciam isso.

Numa delas, a deputada distrital Sandra Faraj (Solidariedade) está propondo um projeto de lei baseado no fato de que, segundo a parlamentar, “lamentavelmente, o Brasil assiste a um processo de doutrinação ideológica visando a destruir os fundamentos da democracia, com incentivo declarado do partido que está no governo há 12 anos, e deverá permanecer por mais quatro anos, no mínimo”.

O PL de Sandra Faraj, o PL da Mordaça, ao contrário do que propõe – o pluralismo de ideias no ambiente acadêmico – visa tão-somente atacar determinada corrente do pensamento, tornando tacanho o ato de pensar.

Vale lembrar que os professores são, sim, militantes em sala de aula. Mas não de um partido político ou de determinado ideário. São militantes das vertentes democráticas de Paulo Freire. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-refle-

xão”, dizia ele.

Por isso, Faraj deveria saber que a educação é, sobretudo, trocas, debates, construção de ideias e formação de hábitos que precisam ter como ponto de partida a formação ética e a proposta de constru-

**Os professores são militantes das vertentes democráticas de Paulo Freire**

ção de novas visões de mundo.

Ao sugerir a censura de conteúdos e a fiscalização da liberdade de ensinar, retomando práticas autoritárias características dos períodos ditatoriais, o PL da Mordaça impõe que professores fiquem ameaçados de censura; de humilhação pública, por meio da fixação de cartazes que explicitariam a cassação de sua liberdade de ensinar; e até de responsabilização pela ação de terceiros em sala de aula. Sem falar que desrespeita os próprios estudantes, restringindo-lhes

conhecimento, senso crítico e desconsiderando sua autonomia de pensamento e de ação.

A Diretoria do Sinpro entende que este é um PL que precisa ser duramente rejeitado na CLDF e rechaçado pela categoria. O presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da CLDF, deputado Reginaldo Veras, já emitiu parecer desfavorável ao projeto e o mesmo deve ser apreciado pela comissão nos próximos dias.

#### Mais censura

Paralelamente, a Secretaria de Educação editou a Circular nº 11, censurando todas as escolas públicas do DF. Por ela, professores e diretores estão proibidos de divulgar qualquer informação a respeito das escolas (fotos, filmagens, gra-



**“... O VAZAMENTO DE TAIS CONTEÚDOS, MESMO PELAS REDES SOCIAIS, SERÁ RIGORASAMENTE APURADO...”**

**Trecho da Circular nº 11/2015 - 23 de abril  
 Secretaria do Estado de Educação do DF**

vações de áudio, etc), até mesmo nas redes sociais, sem a prévia autorização da Secretaria.

O documento, absurdo, simplesmente fere princípios constitucionais e a Lei de Gestão Democrática do DF, mas continua valendo, apesar de o próprio governador Rollemberg o considerar “um equívoco”. O secretário Júlio Gregório prometeu reformular a Circular da Censura, remediando o irre-

mediável.

O Sindicato dos Professores no DF entende que não é o caso de reformular ou reeditar a Circular, mas sim de revogá-la, enfatizando que é a escola quem deve avaliar o que pode ou não ser divulgado. É preciso que a categoria esteja atenta e mobilizada, pois, em última análise, essas duas iniciativas colocam em xeque a democracia, não apenas dentro das escolas.

**“... LUTO PARA QUE OS DOCENTES NÃO ‘ABUSEM’ DE SUA AUTORIDADE...”**

**Nota da Deputada**



**“... NEM INCITARÁ SEUS ALUNOS A PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES, ATOS PÚBLICOS E PASSEATAS;...”**

**PL da mordaça, Art 3º Inciso III**

# TRUCULÊNCIA CONTRA O PROFESSOR É O PRINCIPAL ARGUMENTO DO PL DA MORDAÇA

DEPUTADA SANDRA FARAJ MANDOU SEGURANÇAS DA CLDF EXPULSAREM PROFESSORES QUE ACOMPANHAVAM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI

A deputada distrital Sandra Faraj (Solidariedade) parece não saber lidar muito bem com críticas ao seu Projeto de Lei 01/2015 – o PL da Mordaça. O que era para ser uma audiência pública sobre o tal projeto - prática saudável em qualquer democracia - transfor-

mou-se em pancadaria quando a deputada mandou a segurança da Câmara Legislativa expulsar professores que acompanhavam, na Galeria Jorge Cauhy, a atividade e protestaram contra o PL.

O show de truculência ocorreu na noite do dia 25 de maio.

O diretor do Sinpro, Cláudio Antunes, contou que a confu-

são começou quando a deputada pediu que os seguranças expulsassem as pessoas que estavam se manifestando. “A galeria começou a se manifestar favorável e contrária ao projeto, o que é normal em uma audiência pública com um projeto polêmico. Quando a deputada era aplaudida ela parava de falar, quando a manifestação era contra ela, suspendia a audiência”.

O diretor Manoel Filho, que representava o Sinpro na mesa do debate, afirmou que um grupo ligado à deputada instigou os professores que estavam na galeria.

Com o sinal verde dado por Sandra Faraj, a segurança da Casa não pensou duas vezes e diversos professores foram agarrados à força, arrastados e expulsos a pancadas da galeria da CLDF. Muitos se machucaram.

A truculência foi tamanha que a diretora do Sindicato Luciana Custódio, após o tumulto, teve que procurar auxílio médico. Luciana vai ter de ficar com braço imobilizado por um bom tempo em razão da torção que sofreu, sem falar das lesões na perna esquerda. Ao menos dois professores, também agredidos, registraram ocorrência na Polícia Civil.

A Diretoria Colegiada do Sinpro lamentou o fato. “Estamos preocupados com a avalanche de agressões contra professores e professoras que vêm ocorrendo em todo o país, como aconteceu no Paraná e em São Paulo recentemente, bem

como com a criminalização da livre manifestação de opinião, sobretudo na Câmara Legislativa”, enfatizaram os diretores.

A diretoria ressaltou que essa é a primeira vez na história da Câmara Legislativa que professores foram impedidos de acompanhar de perto questões de interesse da categoria em discussão na audiência pública e são expulsos do recinto.

## O que é o PL da Mordaça?

O Projeto de Lei 01/2015, de autoria da deputada Sandra Faraj, que tramita na Câmara Legislativa, representa uma afronta ao trabalho dos professores em sala de aula, além de profundo desrespeito e até desprezo pela nossa categoria.

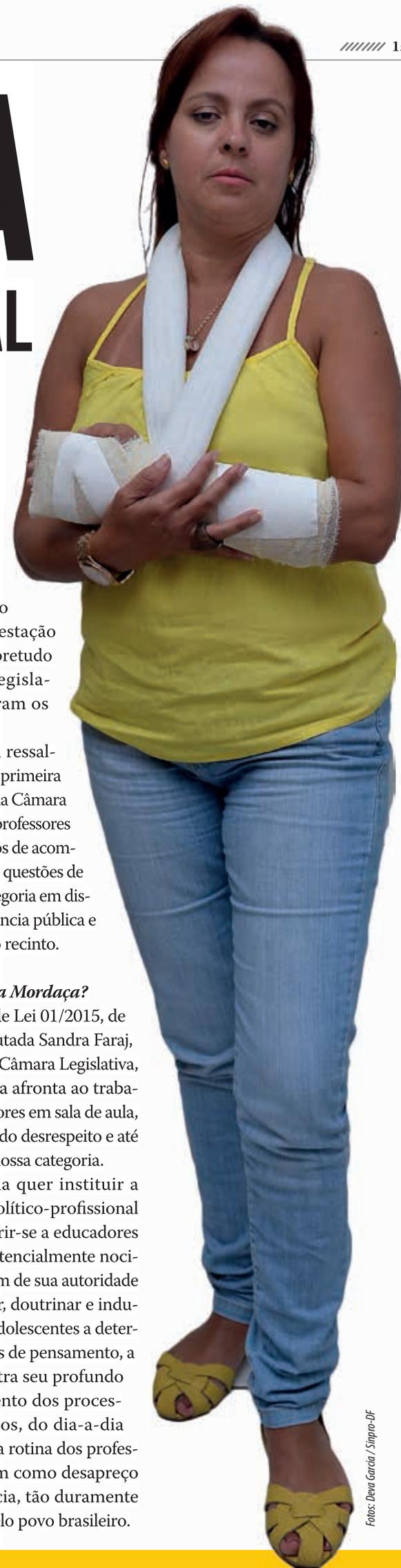
A deputada quer instituir a perseguição político-profissional no DF. Ao referir-se a educadores como entes potencialmente nocivos, que utilizam de sua autoridade para manipular, doutrinar e induzir crianças e adolescentes a determinados rumos de pensamento, a deputada mostra seu profundo desconhecimento dos processos pedagógicos, do dia-a-dia das escolas e da rotina dos professores(as), assim como despreço pela democracia, tão duramente conquistada pelo povo brasileiro.



Diretora do Sinpro, Luciana Custódio é agredida por seguranças



Diretor do Sinpro, Polyelton é retirado à força do plenário da CLDF



# QUADRO DE ATAQUES AOS PROFESSORES EM 2015

- NOVO CALENDÁRIO ESCOLAR, ALTERADO DE FORMA UNILATERAL, SEM DEBATER COM A CATEGORIA E DIMINUINDO O RECESSO DE JULHO.
- ATRASO DO PRIMEIRO PAGAMENTO DO ANO.
- PARCELAMENTO DO 13º SALÁRIO DOS(AS) SERVIDORES(AS) QUE FAZEM ANIVERSÁRIO EM DEZEMBRO.
- PARCELAMENTO DOS SALÁRIOS DOS(AS) PROFESSORES(AS) QUE RECEBEM MAIS DE R\$ 9 MIL MENSAIS.
- PAGAMENTO DA 1ª PARCELA DAS FÉRIAS DO MÊS DE JANEIRO NO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MESMO MÊS.
- CIRCULAR Nº 03/2015: TENTATIVA DE RETIRAR AS "FOLGAS DE TRE" E ABONDS.
- CIRCULAR Nº 11/2015, A "CIRCULAR DA CENSURA", QUE PROÍBE A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DA ESCOLA E LIMITA A ENTRADA DA IMPRENSA NAS MESMAS.
- SERVIDORES(AS) NOVATOS(AS) SEM RECEBER O 13º SALÁRIO INTEGRAL.
- PL DA MORDAÇA, DE AUTORIA DA DEPUTADA DISTRICTAL SANDRA FARAJ, QUE É UM ATENTADO CONTRA A DEMOCRACIA E O DIREITO DE LIVRE PENSAMENTO, QUE DEFORMA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SALA DE AULA, ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DE IDEIAS E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS.
- PL 19/2015, FIXANDO O TETO NAS APOSENTADORIAS DOS NOVOS(AS) SERVIDORES(AS) NO VALOR ATUAL DE R\$ 4.663.
- AMEAÇA DE DEMISSÃO DE SERVIDORES(AS) CONCURSADOS(AS), CONFORME ENTREVISTA DE HÉLIO DOYLE, CHEFE DA CASA CIVIL, PARA A IMPRENSA.
- AMEAÇA DE NÃO PAGAR OS REAJUSTES SALARIAIS DO PLANO DE CARREIRA (LEI Nº 5.105/2013).
- RECUSA NO CUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.108/2013, A RESPEITO DO REAJUSTE ANUAL DO TÍQUETE-ALIMENTAÇÃO.
- AMEAÇA AOS(ÀS) PROFESSORES(AS) EM REGIME DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE NÃO PODER REALIZAR GREVES E PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES.
- AMEAÇA DE NÃO PAGAR, INTEGRALMENTE, A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DOS(AS) PROFESSORES(AS) TEMPORÁRIOS(AS) DO GAMA.

... E O ANO AINDA NEM CHEGOU NA METADE...

## PROFESSORES E ORIENTADORES APOSENTADOS MARCAM PRESENÇA NA LUTA SINDICAL

ASSEMBLEIA REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL FOI MAIS UM INDICATIVO DA FORÇA DESTA CATEGORIA QUE NÃO FOGE DA LUTA

No dia 18 de abril o Sinpro realizou, em sua sede, uma assembleia para eleger delegados e delegadas para o 13º Congresso Estadual da CUT (CeCUT). Com a participação apenas dos(as) professores(as) filiados ao Sindicato, a atividade teve a presença de muitos(as) professores(as) e orientadores(as) aposentados(as). Este fato não foi diferente durante a semana de paralisação das escolas públicas do Distrito Federal (23 a 27 de fevereiro) e dos seus respectivos atos, na Praça do Buriti, pois o profissional se aposenta, porém a luta continua. O(a) aposentado(a) possui força política e sabe do seu valor.

Os(as) professores(as) e orientadores(as) aposentados(as) entendem que eles(as) são fortes e a participação deles(as) é fundamental na luta. "Sempre tivemos ótima representação de todos nas diversas atividades promovidos pelo Sinpro, fato que os(as) incentivam a comparecer cada vez mais" ressalta Isabel Portuguese, coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados do Sinpro.

A atuação contínua da Secretaria proporciona que professores(as) e orientadores(as) aposentados(as) tenham voz e vez, sendo atores políticos com protagonismo em todas as ações do Sinpro (manifestações, debates e demais mobilizações), ampliando a luta da categoria dos(as) servidores(as) da ativa e dos(as) próprios(as) aposentados(as).

A próxima atividade que contará com a presença dos(as) aposentados(as) é a assembleia geral do dia 17 de junho, às 14 horas. "Será um momento para avaliarmos as negociações da campanha salarial da categoria, além de pautas que atualmente já estão sendo discutidas", diz Isabel.

### Formação sindical

Isabel também ressaltou que estão sendo oferecidos cursos de formação sindical, sendo uma turma de 1ª etapa e duas turmas de 2ª etapa, em Caldas Novas (GO). Terá também uma turma de formação da 3ª etapa. A Secretaria para Assuntos dos Aposentados encaminhará correspondências para a formação das respectivas turmas.



Força dos(as) aposentados(as) foi demonstrada na assembleia



## REFORMA POLÍTICA SE DESVIRTUA E COMBATE À

# CO R R U P Ç Ã O F I C A M A I S D I S T A N T E

PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DEU UM GOLPE E APROVOU A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHA

Dois dos temas mais recorrentes da atualidade chamam-se corrupção e a influência do poder econômico sobre as decisões políticas no Brasil. O problema, claro, existe. Mas as origens nem sempre são discutidas - e combatidas - como devem. O financiamento privado das eleições é a primeira causa, direta ou indireta, de corrupção na política brasileira. Ou seja, a política continua na sombra corruptora do dinheiro.

### **Problemas acentuados**

Aos poucos, a reforma política vai avançando na Câmara dos Deputados, porém sem os resultados esperados pela sociedade. No dia 27 de maio, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deu um golpe e conseguiu aprovar a constitucionalização do

financiamento privado de campanha. Foram 330 votos favoráveis, 141 contra e 1 abstenção.

Agora, com o modelo aprovado, as empresas doam exclusivamente para os partidos políticos e farão a partilha entre os candidatos. Os políticos poderão receber doação direta somente de pessoas físicas. Os limites de contribuição serão determinados por lei.

Atualmente, a Constituição Federal não especifica o tipo de doação permitida. Por isso, os partidos políticos podem receber doações tanto de empresas quanto de pessoas físicas.

A manobra de Cunha guarda estreita relação com uma ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a ADI 4650, em tramitação no STF, propondo ser inconstitucional a doação

de empresas em campanhas eleitorais.

O julgamento no STF estava definido por 6 votos a 1, mas o ministro Gilmar Mendes pediu vista do processo há mais de um

*Na prática, a “mãe de todas as reformas” esbarra em conflitos de interesse intermináveis.*

ano e a decisão não está valendo. Isso explica a pressa de Cunha e de seus aliados em mudar a Constituição para institucionalizar a doação por empresas.

### **Marmelada**

A doação de empresas para cam-

panhas e a manobra de Cunha geraram críticas de parlamentares do PT, PSol e PCdoB. “Isso não é aceitável em nenhuma democracia do mundo. Pessoa jurídica não vota e não deve participar do processo eleitoral”, afirmaram.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), não é possível aceitar que os interesses de empresas e corporações prevaleçam diante do bem-estar e necessidade do povo brasileiro.

O financiamento privado às campanhas eleitorais abre as portas não só para a corrupção, mas também para a precarização dos serviços, uma vez que os acordos feitos durante o processo eleitoral para as licitações e grandes obras colocam as empresas que financiam as campanhas no direito de fazer os empreendimentos de

acordo com a concepção delas de serviço público.

“Dada a complexidade da situação e dos interesses envolvidos, sem mobilização não haverá reforma política que assegure e transparência e a preservação dos interesses da população com relação ao uso da coisa pública”, alerta o Sinpro, já convocando a categoria a se engajar nas mobilizações, vez que o quadro pode mudar no Senado – para onde a reforma política será encaminhada após tramitar na Câmara dos Deputados.

O Sindicato reafirma que a centralidade da reforma política é “o único meio de tirar a política brasileira das garras do poder econômico e proporcionar a participação popular direta nos processos e esferas de decisão dos rumos do país”.

# CUT REALIZA 8º ENCONTRO DE MULHERES EM BRASÍLIA

ENCONTRO DA PARIDADE ASSEGURA AMPLIAÇÃO DA PRESENÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER DA CENTRAL. DESAFIO AGORA É LEVAR ESSA CONQUISTA PARA A SOCIEDADE POR MEIO DE UMA REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA

A paridade de gênero na Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi uma das principais deliberações do 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT, realizado em Brasília, entre os dias 27 e 29 de março. Com 380 delegadas e 450 participantes, ficou conhecido como o “Encontro da Paridade” porque feministas de várias atividades e regiões exigiram a paridade como forma de relação democrática e de consolidação da igualdade de gênero nos espaços de decisão. “As mulheres cutistas conquistaram o direito à paridade. Mas o maior desafio é instituir o debate da reforma política com lista alternada de gênero e do financiamento público de campanha na sociedade. Outro desafio é pautar a obrigatoriedade dos partidos de promover e financiar a forma-

ção política das mulheres. Temos de ter a coragem de desconstruir a cultura machista do poder no Brasil”, afirma Eliceuda França, diretora de Mulheres do Sinpro-DF e secretária de Mulheres da

50% de homens e 50% de mulheres. O desafio agora é levar essa medida para o mercado de trabalho, cargos políticos eletivos e serviço público. Nas entidades sindicais, as chapas que não preen-

ria da luta de gênero na Central, por cotas, por paridade. As ações desde as coordenações até as secretarias de mulheres; as lutas de gênero na pauta da classe trabalhadora. Esse resgate nos faz

no mundo do trabalho”, afirmou Neliane Cunha, diretora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF.

## Outros temas

As mais de 600 sindicalistas discutiram temas como democratização do Estado, reforma política e democratização dos meios de comunicação, bem como assuntos ligados às lutas históricas da pauta feminista, como a presença das mulheres no mercado de trabalho e a situação das negras.

“Não podemos permitir que o Congresso Nacional aprove medidas que obriguem os(as) trabalhadores(as) a pagar a conta da crise do capitalismo. Se é para alguém pagar, que sejam os ricos. Medidas que retirem direitos comprometem diretamente as mulheres, que estão na base da pirâmide social, com menores salários e empregos mais precarizados”, afirma Vilmara Carmo, diretora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF.



Diretoras do Sinpro-DF no plenário de abertura do 8º Encontro de Mulheres, no Bay Park

CUT Brasília.

Com a paridade, todas as chapas inscritas para as direções da Central e seus sindicatos devem ter

cherem esse percentual não poderão ser inscritas para concorrer às eleições.

“A abertura traduziu a histó-

refletir sobre o quanto caminhamos para tomar o impulso e o quanto precisamos caminhar por igualdade, liberdade e autonomia



## Vilmara Pereira do Carmo

Diretora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF

## A Lei do Feminicídio: uma conquista para a sociedade brasileira

A cada 90 minutos uma mulher é assassinada no Brasil: 15 mortes por dia. Por que se matam tantas mulheres no Brasil? A resposta pode estar na cultura brasileira e ocidental que baseia as suas relações no patriarcalismo e põe a figura masculina no centro da vida em todas as dimensões, transformando as mulheres em apêndices dos homens. Quando o capitalismo acentuou a divisão binária entre homem, ser público e mulher, ser privado precisava assegurar integridade física, emocional e financeira dos trabalhadores e de sua reprodução sem custos.

À mulher foi designada a função de garantir essa integralidade de forma gratuita e sem reconhecimento. Mas, nos anos 1970, numa das piores crises do capitalismo, as mulheres tiveram de reassumir o papel de trabalhadoras nas fábricas. Nas cidades, surgiram novas concepções de relacionamento e, com isso, a Revolução Cultural, a liberalidade feminina, a quebra de tabus, como o uso do anticoncepcional, fundamental para autonomia afetiva das mulheres. Modificações nas relações interpessoais se aprofundaram e houve

a maior participação das mulheres na vida pública. Parceiros e ex-parceiros assassinavam as mulheres em nome de uma honra subjetiva e, na verdade, era por causa da “ousadia” da mulher de ocupar seu lugar no mercado e nos espaços de decisão. Criminosos foram absolvidos e, quando condenados, responderam em liberdade. Estima-se que 100 mil foram mortas desde a década de 1980 até 2015. Mais de 100 mil motivos para a sanção da Lei do Feminicídio, que tipifica como crime hediondo o homicídio de mulheres quando

a razão é o gênero. Essa é uma conquista das mulheres e da sociedade brasileiras. Contudo, por mais que a lei seja uma vitória, o ideal é que identifiquemos casos de violência contra as mulheres na esfera doméstica para que possamos acionar o Estado pela Lei Maria da Penha que tem, entre outros objetivos, evitar que a violência fatal aconteça. É preciso cobrar, afinal, dos cinco mil municípios do país, só existem DEAMs em 191 deles. Outra linha de atuação é a formação e o entendimento sobre a cultura machista que vivemos.

# DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA, UMA QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

SINPRO PARTICIPA DO II ENCONTRO NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E REAFIRMA O PAPEL CRUCIAL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Se por um lado não existe democracia sem comunicação, por outro, sem regulamentação a democracia não se efetiva. É o que diz a Carta de Belo Horizonte, que reúne as definições do II Encontro Nacional pela Democratização da Comunicação (2º ENDC), realizado entre 10 e 12 de abril, na capital mineira, pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

“O 2º ENDC reafirmou o Regula Já! No Brasil, a mídia é um dos principais poderes e, por isso, há enormes dificuldades para democratizá-la. Está nas mãos de poucas famílias que se apropriaram dela”, afirma Rosilene Corrêa,

diretora do Sinpro, representante do Sindicato no FNDC e vice-presidente eleita da TV Comunitária de Brasília.

Duas propostas para democratizá-la tramitam na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados. Trata-se dos Projetos de Lei nº 4.026/2004, de autoria de Cláudio Negrão (PPS-SP), e nº 6.667/2009, de Ivan Valente (PSol-SP). Ambos regulamentam a Constituição Federal (Art. 220) e impõem limites à propriedade e à audiência a fim de combater o monopólio.

Em 2014, no Fórum Brasil de Comunicação Pública, realizado

pela Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados e pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom), a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-BA) alertou para o fato de que, com este Congresso conservador, só com muita vontade política do governo e forte pressão social o novo marco regulatório para as comunicações será viabilizado.

Uma das dificuldades para a aprovação desse marco vem do fato de parlamentares serem detentores de concessões de rádio e TV. Embora isso seja proibido, há brechas na Consti-

tuição. “A estrutura política do Brasil, com políticos financiados por empresas, favorece a esse modelo centralizador, patrimonialista e concentrador. O setor da comunicação também financia campanhas eleitorais. Por isso, a democratização da mídia está relacionada com a necessidade de uma reforma política séria”, afirma Rosilene.

A concentração é tão grande que a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) definiu o Brasil como o “país dos 30 Berlusconi”, em referência ao magnata da mídia e ex-primeiro ministro da Itália, Silvio Berlusconi. Afirmou também que isso “afeta a independência da imprensa, além de ser um vetor de insegurança”, referindo-se ao assassinato, em 2012, de 11 jornalistas que denunciaram corrupção no país.

Na contramão do mundo, o Brasil segura a regulamentação. Vários países regulamentaram a mídia para democratizá-la, impedir a concentração, instituir programações com ênfase no regionalismo e estabelecer parâmetros que assegurem a soberania: Alemanha, Reino Unido, França, Estados Unidos, Argentina, Venezuela, Portugal, México e outros.

## O papel da escola na luta pela regulamentação

É aí que entra o papel da escola. “Nossa juventude é refém do discurso patriarcal, privatista, excludente, preconceituoso, sexualmente apelativo, consumista e alienado da mídia. Mas podemos mudar isso, fazendo um trabalho esclarecedor e pedagógico, despertando nos estudantes, o senso crítico do que eles recebem como informação”, explica Rosilene.

Ela acredita que a grande mudança nessa ordem imposta pelas empresas é levar essa discussão para a sala de aula. “E aí independe de disciplina. Em todas elas há que se ter uma brecha para um trabalho pedagógico, crítico e esclarecedor. Há condições de usar o que a televisão apresenta dentro do conteúdo pedagógico de forma crítica”, assegura.

## UMA PARCERIA POR OUTRA COMUNICAÇÃO

O Sinpro-DF tem participado da luta pela democratização da comunicação com participação em mídias alternativas, como o FNDC e a TV Comunitária. TV Sinpro e Escola de Mídia são programas na TV Comunitária. No primeiro, realiza entrevistas de interesse da categoria e, no segundo, oficinas para estudantes de todos os níveis da rede pública.

“Mas o alcance é muito pequeno porque não atinge o universo das escolas. Ainda assim, é uma experiência valiosa. Observamos o efeito positivo dessa experiência”, afirma Rosilene. Eles e elas têm a oportunidade de conhecer e perceber o poder de manipulação e despertar o pensamento crítico. “O(a) professor(a), no dia a dia na escola, pode trabalhar essa e outras formas didáticas e bem politizadas”, sugere.



# EDUCAÇÃO: A ARMA

EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS COMPROVA QUE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NÃO É A SOLUÇÃO PARA REDUZIR A CRIMINALIDADE

No Brasil, cor da pele, faixa etária e condição social estão diretamente relacionadas ao risco de morte. É o que revela o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, relatório elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Presidência da República em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e o escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O estudo aponta jovens negros pobres de 16 a 29 anos como principais vítimas da violência, com 2,5 vezes mais chances de serem assassinados do que os brancos e demole os argumentos dos defensores da PEC 171/1993, que propõe alterar o artigo 228 da Constituição para reduzir a maioria penal. Aprovada na CCJ da Câmara, a PEC está tendo seu mérito discutido em uma comissão especial.

O professor Antônio Lisboa, que atuou por nove anos no Sistema Prisional pela rede pública de ensino do Distrito Federal, e atual conselheiro de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), avalia “que os jovens afetados pela violência geralmente nascem em famílias desestruturadas, vão para a

rua muito cedo e acabam cometendo pequenos delitos que vão aumentando à medida que vão crescendo”, afirma.

Segundo ele, políticas de emprego e renda são importantes, mas não são suficientes para

mudar esse quadro. “Essa juventude deve estar preparada para saber conviver em sociedade e não irá aprender isso numa sociedade individualista, em que os seres humanos são valorizados pelos bens que têm e não pelo

**Impactos da PEC 171/93 na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A experiência de Delzair Amâncio, diretora de Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA),

tém estreita relação com a proposta de redução da maioria penal. A PEC 171/1993 tem forte impacto sobre a faixa etária de 15 a 17 anos que se encontra na EJA ou distante do espaço escolar. Esse segmento juvenil é o mais vulnerável econômico, social e culturalmente. São pessoas que, além de uma escolaridade oscilada, em ambas as situações, inserem-se em atividades que trazem risco pessoal ou social à sua integridade física ou psíquica. São essas frações juvenis que abandonam, repetem anos na escola por não conseguirem acompanhar os ritmos definidos pela cultura escolar. Entram mais cedo no mercado de trabalho. São elas que buscam o ensino noturno e a EJA para permanecerem estudando, o que demonstra que, apesar dos fracassos, o valor da escola ainda é relevante.

“Defender a redução da maioria penal, portanto, é defender a criminalização de pessoas adolescentes pobres e negras, moradoras das periferias. Exatamente, a parcela que está sendo empurrada, precocemente, para a EJA”, observa a professora. Ela detecta uma grande confusão sobre o tema juventude, tanto no debate sobre a juvenilização na EJA como nas discussões sobre a PEC 171. “Tanto em uma como em outra, o que se percebe é uma violação dos direitos da população juvenil, principalmente, quando envolvem direitos civis e sociais”.

O rejuvenescimento da população que frequenta a modalidade EJA tem preocupado os (as) educadores (as). Criada para oferecer a escolarização às pessoas que não tiveram acesso à educa-



Alunos da Educação de Jovens e Adultos durante aula

que são ou produzem. Essa cultura individualista e consumista afeta, sobretudo, os jovens e é a principal causa da violência entre a juventude”. Lisboa lembra que os países que diminuíram a maioria penal não conseguiram reduzir a violência.

no sistema prisional do Distrito Federal e na militância do GTPA Fórum EJA/DF (Grupo de Trabalho Pró – Alfabetização – Fórum de Educação de Jovens e Adultos do DF), reforça o entendimento de que “adolescentes precisam de uma política de educação pública de qualidade adequada às suas necessidades, especificidades e interesses, não de prisão, “pois, na maioria dos casos, os conflitos com a lei são só um aspecto de um percurso de vida que pode e deve ser alterado”, diz a sindicalista.

Para a diretora do Sinpro, a juvenilização na EJA man-



# CONTRA A VIOLÊNCIA



Dom Sérgio da Rocha, presidente da CNBB e arcebispo de Brasília

ção básica na idade própria, que conforme a Emenda Constitucional nº 59/2009 é de 4 a 17 anos, a EJA tem sido tomada por uma presença significativa de adolescentes. Hoje, encontram-se, em uma mesma sala, pessoas adolescentes, jovens, adultas e idosas.

“Esse fenômeno é preocupante, pois, além de refletir o fracasso da escola dita “regular” traz, para o interior da EJA, estudantes que têm uma demanda particular e, por vezes, distinta das experiências das pessoas adultas e até idosas. Sabemos que ter 15 anos não é a mesma coisa de ter 18 nem 29 e, muito menos, 60 ou 70 anos. Portanto, é preciso considerar a condição juvenil com suas necessidades pessoais, culturais e sociais”.

Para a diretora, a juvenilização na EJA é um problema grave e tem contribuído para a evasão e a repetência. “Uma das principais causas da evasão, em primeiro lugar, é a falta de interesse pela educação ofertada. Não por imaturidade, irresponsabilidade ou preguiça, mas por falta de reconhecimento social na escola. Em segundo lugar, a necessidade de trabalhar para aquisição de renda”, analisa.

**Dados do Caderno de Reflexões. O Ensino Fundamental com Jovens de 15 a 17 Anos/MEC, 2011** – são relevantes: 18% das pessoas nessa faixa etária não frequentavam a escola e 55% do número total das que frequentavam não terminaram o Ensino Fundamental,

enquanto já deveriam estar no Ensino Médio, caso não houvesse distorção idade/série. Quanto ao mercado de trabalho, 29% já possuíam alguma inserção: 71% recebiam menos de um salário mínimo.

A falta de políticas públicas para esse segmento social se revela no Mapa da Violência de 2014: crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade são as principais vítimas de crime e violência e mais da metade (cerca de 30 mil) das 56 mil pessoas assassinadas em 2012 estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos, dos quais 77% eram pessoas negras. Além disso, cerca de 151 mil crianças e adolescentes com até 17 anos, vítimas de maus-tratos e agressões, foram atendidas pelo Disque 100, entre janeiro e dezembro de 2014.

## **Combate à redução da maioria penal reúne todos os credos**

No afobamento para aprovar a redução da maioria penal, os congressistas desta 55ª Legislatura, que vai de 2015 a 2019, conseguiram, pela primeira vez na história do país, unir católicos, evangélicos, juristas, sindicalistas, ativistas sociais e outros agrupamento das mais variadas tendências contra a proposta. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principal organização representativa da Igreja Católica no Brasil, e duas importantes organizações representativas das Igrejas Evangélicas brasileiras, os Evangélicos pela Justiça e a Rede Evangélica Nacional de Ação Social – RENAS, posicionaram-se contra a tentativa da redução da maioria penal.

A Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB), o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), a Associação dos Juizes pela Democracia (AJD), a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), entre várias outras organizações, manifestaram sua preocupação e repúdio à tentativa de redução da maioria penal.

Em Nota Pública contra a proposta, a CNBB vem combatendo os argumentos dos defensores da PEC 171/93. Na avaliação do presidente da CNBB e arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, “a PEC 171/93 é um equívoco que precisa ser desfeito”. Para ele, a redução da maioria penal não é solução para a violência no país. “Investir em educação de qualidade e em políticas públicas para a juventude e para a família é meio eficaz para preservar os adolescentes da delinquência e da violência”, aponta o arcebispo de Brasília.

Na nota, a CNBB afirma que “a delinquência juvenil é, antes de tudo, um aviso de que o Estado, a Sociedade e a Família não têm cumprido adequadamente seu dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente, conforme e s t a -

belece o artigo 227 da Constituição Federal. Criminalizar o adolescente com penalidades no âmbito carcerário seria maquiagem a verdadeira causa do problema, desviando a atenção com respostas simplórias, inconsequentes e desastrosas para a sociedade”.

Os bispos católicos entendem que a redução da maioria penal “é a negação da Doutrina da Proteção Integral que fundamenta o tratamento jurídico dispensado às crianças e adolescentes pelo Direito Brasileiro. A Igreja no Brasil continua acreditando na capacidade de regeneração do adolescente quando favorecido em seus direitos básicos e pelas oportunidades de formação integral nos valores que dignificam o ser humano”.

Eles dizem, na nota, que “a campanha sistemática de vários meios de comunicação a favor da redução da maioria penal violenta a imagem dos adolescentes esquecendo-se de que eles são também vítimas da realidade injusta em que vivem. Eles não são os principais res-

ponsáveis pelo aumento da violência que nos assusta a todos, especialmente pelos crimes de homicídio.



# 2ª CORRIDA DO SINPRO CELEBRA 36 ANOS DO SINDICATO COM PARTICIPAÇÃO RECORDE

O EVENTO OCORREU NOVAMENTE NO PARQUE DA CIDADE E A ESTRUTURA FOI ELOGIADA PELOS(AS) ATLETAS QUE PARTICIPARAM DA SEGUNDA EDIÇÃO

No dia 29 de março ocorreu a segunda edição da Corrida e Caminhada do Sinpro. Cerca de 2 mil pessoas, entre professores(as), orientadores(as) educacionais e familiares, prestigiaram o evento, que pela primeira vez também abriu as inscrições para toda a comunidade. O Sinpro disponibilizou toda a infraestrutura para os(as) atletas e suas famílias: área para massagem, banheiros, área infantil (com algodão doce, pula-pula e outros brinquedos), espaço de convivência, ambulância, além do pódio onde foram entregues troféus para os(as) primeiros(as) colocados(as). Já as medalhas foram destinadas para todos(as) os(as) participantes da caminhada (5km) e corrida (10km).

O primeiro corredor que cruzou a linha de chegada foi Gualber Antônio Santos, com o tempo de 37 minutos e 57 segundos. Ele não poupou elogios em relação à Corrida. “A prova foi muito boa, bem organizada. Só de ver a classe de vocês unida e participando, vocês devem se orgulhar. Eu participo de corridas de outras categorias e o que eu menos vejo são os profissionais da própria cate-

goria participando delas. Mas essa Corrida é diferente. Percebi que os(as) professores(as) participam em peso, lutando pelos ideais de vocês. Estão de parabéns”, diz.

Marco Aurélio Rodrigues, diretor da Secretaria de Cultura do Sinpro, comemorou o êxito desta segunda edição. “Ampliamos o número de participações e a categoria mais uma vez correspondeu. Foi um sucesso”, afirma. A diretora Elaine Ribeiro tem a mesma opinião. “A Corrida está ainda melhor do que a de 2014. Este é o intuito da Secretaria de Cultura do Sinpro: continuar trazendo o pessoal da ‘geração saúde’ para os eventos do Sindicato. E o mais importante é que a categoria começa a perceber

***Duas mil pessoas participaram do evento, realizado no Parque da Cidade***

o bem que isso faz no seu próprio dia-a-dia. Professor(a) saudável e feliz certamente trabalha melhor na sala de aula”, relata.

O diretor do Sinpro Wijairo Mendonça ressaltou que a Cor-

rida atende aos anseios de parte da categoria, que também é atleta. “Todos(as) acolheram muito bem a corrida, pois muitos(as) deles(as) são atletas e participam de outras corridas. Este evento se tornou um grande programa para o domingo, pois temos estrutura para acolher bem as crianças, então acaba sendo uma ótima opção para toda a família. A Corrida em breve entrará também no calendário de corridas de Brasília, pois a cidade tem uma forte vocação para este esporte”, afirma.



### GERAL – MASCULINO

De 18 até 39 anos

1º Alexandro Da Silva Lima	00:38:15
2º Rodrigo Pereira Siriano	00:45:49
3º Fabio Portela Perez	00:47:15

De 40 até 55 anos

1º Gualber Antonio Santos	00:37:57
2º Adauton Ribeiro	00:41:08
3º Ruy Ney Muniz Barbosa	00:41:57

De 56 até 99 anos

1º Eliezio Alves Alencar	00:44:34
2º Roberto Barbosa Freire	00:48:19
3º Pedro Neiva Ferreira	00:49:22

### GERAL – FEMININO

De 18 até 39 anos

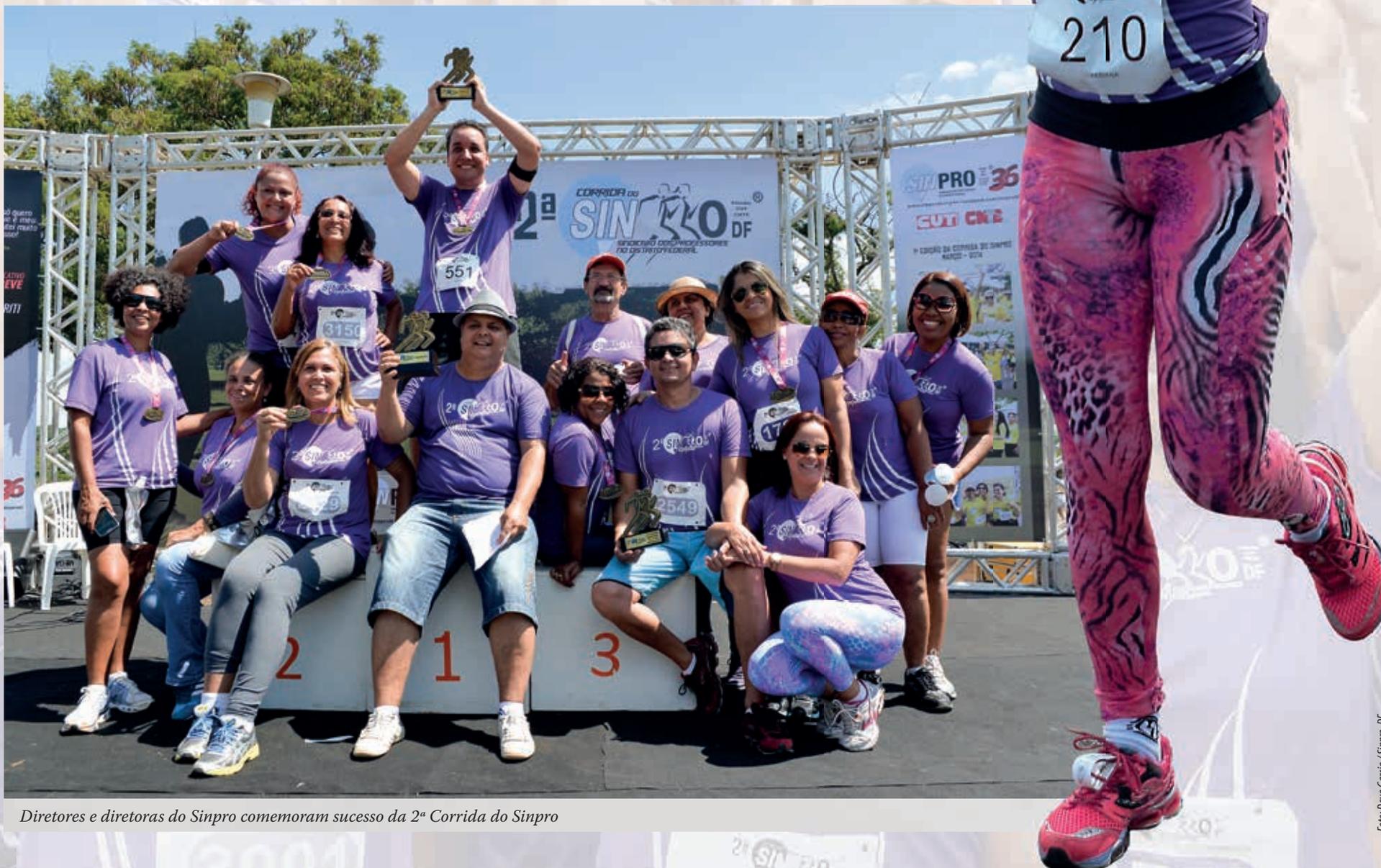
1º Cristiane De Souza Woo	00:52:13
2º Mayra Piza Oliveira	00:53:35
3º Liana Castelo Branco	00:57:43

De 40 até 55 anos

1º Raquel Pedrosa Ferreira	00:52:44
2º Adilia Pusheska Lopez Melara	00:53:00
3º Mônica Passos Barreto	00:58:36

De 56 até 99 anos

1º Maria Angela de Faria Rebeiro	00:57:56
2º Luzia Aparecida C. Barbosa	01:15:38



Diretores e diretoras do Sinpro comemoram sucesso da 2ª Corrida do Sinpro

# PROFESSORA DA REDE PÚBLICA DO DF MOSTRA QUE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO DÁ FRUTOS

EM LIVRO QUE ABORDA A ESCOLA E SEUS PROCESSOS DE HUMANIZAÇÃO, EDUCADORA DO CEF 102 NORTE COMPROVA EFICÁCIA DA ESCOLA EM FORMAR INDIVÍDUOS EM TODAS AS DIMENSÕES HUMANAS

O fruto de uma pesquisa realizada pela professora Magali de Fátima Evangelista Machado culminou no lançamento do livro **A escola e seus processos de humanização**. Na obra, a professora de matemática do Centro de Ensino Fundamental 102 Norte mostrou o quanto a escola pode ser eficaz no cumprimento de seu desejo de formar o indivíduo em todas as dimensões humanas.

Na pesquisa realizada em várias escolas públicas do Distrito Federal, a professora mostra que o investimento em educação dá frutos positivos. “O pro-

pósito deste livro é mostrar que se o professor tiver um bom lugar para se trabalhar, com certeza vai desenvolver um bom trabalho. Neste trajeto passam desde um bom clima escolar a confiança,

**Segundo a pesquisa, duas escolas se mostraram eficazes: uma em Planaltina e outra em Samambaia**

diálogo, organização do espaço escolar, respeito, acolhimento, disciplina, prática de projetos,

relações interpessoais, envolvimento e colaboração escola/família”, ressalta Magali de Fátima, professora da rede pública de



ensino há 29 anos.

O resultado da pesquisa mostrou, segundo a própria educadora, duas escolas “eficazes”: uma em Planaltina e outra em Samambaia. “São escolas do Centro de Ensino Fundamental, anos finais, e com experiências de uma direção autônoma, bom clima escolar, prática de projetos e outros pontos que cooperaram para o sucesso da escola. Este livro mostra que é possível, por intermédio de gestões compartilhadas e inovadoras, alcançar melhoria dos padrões de ensino e aprendizagem e obter resultados significativos na formação de pessoas éticas e solidárias”, finaliza.



**ESPAÇO EDUCADOR CHICO MENDES**

**13**  
DE JUNHO  
DE 2015  
15 HORAS

**CHÁCARA DO PROFESSOR**

Núcleo Rural Alexandre Gusmão  
Chácara 02, Lote 125 - Brazlândia/DF  
(61)3343-4209

## CEM 9 DE CEILÂNDIA CONQUISTA A OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA

PROJETO COM PRINCÍPIOS COLABORATIVOS E LÚDICOS TEM O OBJETIVO DE TORNAR PRAZEROSO O ENSINO DA MATEMÁTICA

O Centro de Ensino Médio 9 de Ceilândia está fazendo bonito. Pela terceira vez o colégio foi premiado na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). O primeiro título veio em 2007, fruto da inclusão do “Matemática Todo Dia”, projeto

com princípios colaborativos e lúdicos voltados ao ensino prazeroso da matemática. Em 2012, 2013 e 2014 a escola foi premiada em virtude dos resultados obtidos pelos estudantes.

Idealizado, organizado e executado pelos professores Marcos

Paulo Barbosa e Alessandra Lisboa da Silva desde 2007, a iniciativa ocorre no turno contrário às aulas e já atendeu mais de 350 alunos, com 112 sendo premiados na Obmep. Alessandra Lisboa diz que o ‘Matemática Todo Dia’ nasceu de uma inquietação pessoal de como mudar a relação da matéria no colégio e como auxiliar os jovens a irem mais longe. “Pensar que uma escola inserida num contexto de vulnerabilidade social, que tinha tudo para dar errado e que está dando certo, sendo transformada, e provando transformações na vida dos estudantes é algo maravilhoso”.

Ela complementa dizendo que o diferencial do projeto é o trabalho coletivo e o incentivo

ao aluno. “Não podemos deixar de mencionar também a segurança que o professor tem para trabalhar na sala de aula, o encaminhamento dos alunos para os

**Primeiro título veio com o projeto “Matemática Todo Dia”**

vários projetos que a escola oferece, que não é somente na área de Ciências Exatas, mas também de Astronomia, Robótica, História, Geografia e Oceanografia”, comenta a professora.

O Centro de Ensino Médio 9 participa de todas as olimpí-

das e já foi premiado em várias outras, porém a de Matemática foi o destaque. “Para os alunos é muito bom porque eles se desenvolvem. A maioria das aulas são desenvolvidas pelos ex-alunos e ele participa como aluno, como professor e os pais ficam orgulhosos”, complementa Alessandra, revelando que jogos de raciocínio lógico, filmes e aulas interativas fazem parte da rotina dos alunos no projeto.

Luísa Karoline, Douglas Alves, Cleverson Messias, Luana Soares, Everton Fernandes e Ádson Williard, todos entre 16 e 17 anos receberam menção honrosa da OBMEP. Já Edgar Sampaio, conseguiu a medalha de prata.



Professora Alessandra Lisboa com alunos vencedores